

Boletim de Serviço

Número: 064/18

06 de Abril de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



UFRN

Reitora

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

Vice-Reitor

José Daniel Diniz Melo

Sumário	
- Atos da Administração da Universidade – UFRN	03
- Colegiados Superiores - CS	03
- Conselho Universitário - CONSUNI	03
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE	08
- Gabinete da Reitora - GR	47
- Pró-Reitorias - PR	51

- Pró-Reitoria de Administração - PROAD	51
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP	52
- Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor - DASS	56
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PPG	58
- Centros Acadêmicos – CA	58
- Centro de Tecnologia – CT	58
- Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos - CCEA	58
- Departamento de Engenharia de Materiais - DEMAT	59
- Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET	59
- Instituto de Química - IQ	60
- Departamento de Demografia e Ciências Atuariais - DDCA	60
- Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas - DCAC	62
- Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	62
- Departamento de Ciência da Informação - DECIN	62
- Programa de Pós Graduação em Direito - PPGD	63
- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA	63
- Departamento de Comunicação Social - DCOSO	63
- Departamento de História - DEH	64
- Departamento de Antropologia - DAN	64
- Departamento de Psicologia - DPSIC	66
- Centro de Educação - CE	66
- Departamento de Práticas Educacionais e Currículo - DPEC	66
- Centro de Ciências da Saúde - CCS	67
- Departamento de Medicina Clínica - DMC	67
- Departamento de Saúde Coletiva - DSC	67
- Departamento de Odontologia - DOD	68
- Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas - DACT	68
- Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES	69
- Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado Profissional - GEOPROF	69
- Unidades Suplementares Acadêmicas - USA	70
- Escola Multicampi de Ciências Médicas - EMCM	70
- Instituto do Cérebro - ICE	70
- Superintendência de Informática - SINFO	70
- Escola Agrícola de Jundiá - EAJ	72
- Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA	72
- Anexos	77

BOLETIM DE SERVIÇO

Editado sob a responsabilidade da
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ANAILSON MÁRCIO GOMES
Pró-Reitor de Administração

MARIA DO CARMO A DE MEDEIROS F DE OLIVEIRA
Pró-Reitor Adjunto

Atos da Administração da Universidade – UFRN
Colegiados Superiores - CS
Conselho Universitário - CONSUNI
Resolução nº 001/18-CONSUNI, de 02 de Abril de 2018.

Dá posse a conselheiros do Conselho Universitário – CONSUNI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho Universitário - CONSUNI, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do Artigo 14, Inciso XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO os incisos X e XI do art. 13, do Estatuto da UFRN;

CONSIDERANDO que o inciso III, do art. 10, Capítulo III, da Instrução Normativa – TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, considera responsáveis pela gestão titulares e substitutos, membros de órgão Colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da Unidade,

Art. 1º Dar posse aos conselheiros abaixo relacionados para comporem o Conselho Universitário – CONSUNI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Instituto do Cérebro - ICE		
Conselheiro	Função	Observação
Kerstin Erika Schmidt – Titular	Diretora do Instituto do Cérebro – ICE	Em substituição ao ex-Diretor Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro
Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro – Suplente	Vice-Diretor do Instituto do Cérebro – ICE	Em substituição a ex-Vice-Diretora Kerstin Erika Schmidt

Centro de Educação – CE		
Conselheiro	Função	Observação
Flávio Boleiz Júnior – Titular	Docente do CONSEC do Centro de Educação – CE	Em substituição à ex-conselheira titular Marisa Narcizo Sampaio
Mércia de Oliveira Pontes – Suplente	Docente do CONSEC do Centro de Educação – CE	Em substituição ao ex-conselheiro suplente Flávio Boleiz Júnior, que passou a ser titular

Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES		
Conselheiro	Função	Observação
Taciano de Moraes Silva – Titular	Docente do CONSEC do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES	Em substituição ao ex-conselheiro titular Carlos José Wanderley Ferreira
Almir Miranda Ferreira – Suplente	Docente do CONSEC do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES	Em substituição à ex-conselheira suplente Paula Rejane Fernandes
Jeane Medeiros Silva – Titular	Docente do CONSEC do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES	Em substituição ao ex-conselheiro titular Antônio Manoel Elfíbio Júnior

Centro de Biociências – CB		
Conselheiro	Função	Observação

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 4
---------------------------	--------	------------	--------

Fúlvio Aurélio de Moraes Freire – Suplente	Docente do CONSEC do Centro de Biociências – CB	Em substituição ao ex-conselheiro suplente Bruno Tomio Goto
--	---	---

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA		
Conselheiro	Função	Observação
Thiago Chellappa – Suplente	Docente do CONSEC do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA	Em substituição à ex-conselheira suplente Laurita Ricardo de Salles, tendo como titular a conselheira Kátia Aily Franco de Camargo

Técnico-Administrativo		
Conselheiro	Função	Observação
Rodrigo Soares dos Santos – Suplente	Representante Técnico-Administrativo	Tem como titular o conselheiro João Maria dos Santos

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº 002/18-CONSUNI, de 02 de Abril de 2018.

Indica docentes para comporem o Conselho de Curadores - CONCURA.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho Universitário - CONSUNI, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 14, Inciso XI, e o Artigo 20, Inciso I, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 3/2018-GAB, de 20 de março de 2018,

CONSIDERANDO o que consta no processo de nº 23077.016360/2018-72,

R E S O L V E

Art. 1º Indicar os docentes abaixo relacionados para comporem o Conselho de Curadores – CONCURA.

Lindijane de Souza Bento Almeida – Titular	Matrícula nº 1678705, Professora Associada, Classe D, lotada no Departamento de Políticas Públicas – DPP, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA.
José Querginaldo Bezerra – Suplente	Matrícula nº 350291, Professor Adjunto, Classe C, lotado no Departamento de Matemática – DMAT, do Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET.
Antônio Ricardo Calazans Duarte – Suplente	Matrícula nº 1149529, Professor Associado, Classe D, lotado no Departamento de Odontologia – DOD, do Centro de Ciências da Saúde – CCS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº 003/18-CONSUNI, de 02 de Abril de 2018.

Nega, por maioria de votos, recurso interposto pelo candidato CARLOS RAMON DO NASCIMENTO BRITO, e mantém decisão do CONSEPE, objeto da Resolução nº 118/2017-CONSEPE, de 19 de setembro de 2017, ratificada pela Resolução nº 129/2017-CONSEPE, de 10 de outubro de 2017, que homologou o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Edital nº 009/2016-PROGESP, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva – DE, área de Parasitologia, do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas – DACT, do Centro de Ciências da Saúde – CCS.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho Universitário – CONSUNI, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 14, Inciso XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 009/2016-PROGESP, publicado no DOU nº 168, de 31 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução nº 118/2017-CONSEPE, de 19 de setembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 178/2017, de 20 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 129/2017-CONSEPE, de 10 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 193/2017, de 13 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.005067/2017-07,

R E S O L V E

Art. 1º Negar, por maioria de votos, recurso interposto pelo candidato CARLOS RAMON DO NASCIMENTO BRITO, e mantém decisão do CONSEPE, objeto da Resolução nº 118/2017-CONSEPE, de 19 de setembro de 2017, ratificada pela Resolução nº 129/2017-CONSEPE, de 10 de outubro de 2017, que homologou o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, Edital nº 009/2016-PROGESP, Classe Adjunto A, Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva – DE, área de Parasitologia, do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas – DACT, do Centro de Ciências da Saúde – CCS, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, por considerar que os argumentos expostos pelo candidato não justificam alteração da decisão anterior.

Parágrafo único. Em consequência da negativa acima referida, fica mantida a homologação do resultado do citado concurso, conforme quadro abaixo.

Média	
1º lugar: Lauren Hubert Jaeger	8,08

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº 004/18-CONSUNI, de 02 de Abril de 2018.

Nega, à unanimidade de votos, recurso interposto pelo candidato FÁBIO MARQUES DE OLIVEIRA NETO, e mantém a decisão do CONSEPE, objeto da Resolução nº 204/2017-CONSEPE, de 19 de dezembro de 2017, ratificada pela Resolução nº 007/2018-CONSEPE, de 20 de fevereiro de 2018, que homologou o resultado do Concurso de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe DI 1, Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva – DE, área de Letras / Língua Inglesa / Língua Portuguesa, Edital nº 015/2017-PROGESP, da Escola Agrícola de Jundiá.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho Universitário – CONSUNI, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 14, Inciso XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013;

CONSIDERANDO os termos do Edital nº 015/2017-PROGESP, publicado no DOU nº 103, de 31 de maio de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 204/2017-CONSEPE, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço nº 238/2017, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução nº 007/2018-CONSEPE, de 20 de fevereiro de 2018, publicada no Boletim de Serviço nº 037/2018, de 26 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.049320/2017-26,

R E S O L V E

Art. 1º Negar, à unanimidade de votos, recurso interposto pelo candidato FÁBIO MARQUES DE OLIVEIRA NETO, e mantém decisão do CONSEPE, objeto da Resolução nº 204/2017-CONSEPE, de 19 de dezembro de 2017, ratificada pela Resolução nº 007/2018-CONSEPE, de 20 de fevereiro de 2018, que homologou o resultado do Concurso de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe DI 1, Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva – DE, área de Letras / Língua Inglesa / Língua Portuguesa, Edital nº 015/2017-PROGESP, da Escola Agrícola de Jundiá – EAJ, por considerar que os argumentos expostos pelo candidato não justificam alteração da decisão anterior.

Parágrafo único. Em consequência da negativa acima referida, fica mantida a homologação do resultado do citado concurso, conforme quadro abaixo.

Média	
1º lugar: Thiago Manchini de Campos	8,81
2º lugar: Fábio Marques de Oliveira Neto	7,13

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº 006/18-CONSUNI, de 02 de Abril de 2018.

Aprova a criação da Biblioteca Setorial denominada “Biblioteca Setorial Moacyr de Góes”, do Centro de Educação – CE, e a integra ao Sistema de Bibliotecas – SISBI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho Universitário, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 14, Inciso XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a Resolução no 009/2008, de 01 de dezembro de 2008, que criou o Centro de Educação – CE, publicada no Boletim de Serviço no 002/2009, de 05 de janeiro de 2009, e alterada pela Resolução no 017/2010-CONSUNI, de 29 de dezembro de 2010, publicada no Boletim de Serviço no 001/2011, de 03 de janeiro de 2011, e republicada no Boletim de Serviço no 180/2011, de 21 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho de Centro – CONSEC, do Centro de Educação – CE, em reunião ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Consultivo da Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM, em reunião ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução no 062/2017-CONSAD, de 16 de novembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço no 217/2017, de 20 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.057548/2017-90,

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar a criação da Biblioteca Setorial denominada “Biblioteca Setorial Moacyr de Góes”, do Centro de Educação – CE, e a integra ao Sistema de Bibliotecas – SISBI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Art. 2º A Biblioteca Setorial Moacyr de Góes do Centro de Educação – CE, ficará incorporada ao Sistema de Bibliotecas – SISBI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Art. 3º A Biblioteca Setorial Moacyr de Góes do Centro de Educação – CE deverá cumprir as determinações da Resolução de no 004/2013-CONSUNI, de 05 de abril de 2013, publicada no Boletim de Serviço no 083/2013, de 06 de maio de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 8
---------------------------	--------	------------	--------

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
Resolução nº 024/18 - CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Aprova o Edital no 008/2018-PROGESP, de Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe DI 1, para a Escola de Música – EMUFRN, Núcleo de Educação da Infância – NEI e Instituto Metrópole Digital – IMD.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 17, Inciso IV, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a Portaria no 1.270/95–R, de 23 de outubro de 1995, e considerando o que dispõe o Art. 53 da Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei no 12.863, de 24 de setembro de 2013;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa MEC nº 1045, de 21 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO a Resolução no 110/2008-CONSEPE, de 10 de junho de 2008, publicada no Boletim de Serviço no 067/2008, de 18 de junho de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução no 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, publicada no Boletim de Serviço no 208/2017, de 06 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o Despacho da Coordenadoria de Concursos, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP, de 28 de março de 2018;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.018209/2018-79,

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar o Edital no 008/2018-PROGESP, de Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe DI 1, para a Escola de Música – EMUFRN, Núcleo de Educação da Infância e Instituto Metrópole Digital – IMD, com vagas distribuídas por unidade de lotação, área/disciplina, classe, regime de trabalho e requisitos, conforme Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. A unidade de lotação fica obrigada a fornecer todas as informações constantes no Anexo II da Resolução no 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, e o Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando-as à Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas em formato eletrônico até o dia 05 de abril de 2018, sob pena de ter as vagas excluídas do Edital.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Anexo da Resolução nº 024/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Edital nº 008/18-PROGESP, de 03 Abril de 2018.

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGO DE PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

A PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.270/95-R, de 23 de outubro de 1995, e considerando o que dispõem o Art. 53 da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, a Resolução nº 110/2008-CONSEPE, de 10 de junho de 2008 e a Portaria MEC nº 1.045, de 21 de outubro de 2013; torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos, de acordo com a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e as Normas de Concurso Público, dispostas pela Resolução nº 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, considerada parte integrante deste Edital, disponível nos sítios www.progesp.ufrn.br e www.sigrh.ufrn.br.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. As atividades referentes ao cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) envolvem a atuação em ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, conforme a necessidade da instituição expressa na expectativa de atuação profissional e no plano de trabalho a ser deliberado pela Unidade de lotação do servidor.

1.2. O cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é regulamentado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

1.3. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) aplicam-se os deveres e proibições elencados nos arts. 116 e 117 da Lei nº 8.112/90.

1.4. Qualquer pessoa interessada poderá impugnar o presente Edital, no todo ou em parte, no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação em Diário Oficial da União, devendo o pedido, devidamente fundamentado, ser dirigido e entregue na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (BR 101, Campus Universitário, Prédio da Reitoria – Lagoa Nova – Natal/RN, CEP 59078-900) ou por meio do e-mail concursos@reitoria.ufrn.br. O pedido de impugnação será analisado no prazo de 5 (cinco) dias, podendo ser estendido até o dobro do período inicial.

1.5. Salvo nas hipóteses de erro material, de indispensável adequação à legislação ou por decisão judicial, não se alterarão as regras do presente Edital após o início do prazo das inscrições preliminares no tocante aos requisitos do cargo, aos conteúdos programáticos, aos critérios de aferição das provas e de aprovação para as etapas subsequentes.

1.6. Os programas, as relações de tema da prova didática e as expectativas de atuação profissional de todas as áreas de conhecimento deste Edital serão disponibilizadas nas páginas eletrônicas <http://www.progesp.ufrn.br> (Menu Concursos) e <http://www.sigrh.ufrn.br> (Menu Concursos), juntamente com este edital.

2. DAS VAGAS

2.1. Estão sendo dispostas 06 (seis) vagas de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), distribuída por Unidade de lotação, área, cargo/classe/padrão, regime de trabalho e requisitos para investidura no cargo, conforme o QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO – ANEXO I deste Edital.

3. DA REMUNERAÇÃO

3.1. A remuneração será nas classes e níveis iniciais da carreira, conforme tabela a seguir:

Classe/Padrão	Regime de Trabalho	Vencimento Básico (*)	Retribuição por Titulação (*)		Auxílio Alimentação	Total (*)
D I, 1	Dedicação Exclusiva	R\$ 4.455,22	Aperfeiçoamento	R\$ 409,76	R\$ 458,00	R\$ 5.322,98
			Especialização ou RSC-I + Graduação	R\$ 753,71		R\$ 5.666,93
			Mestrado ou RSC-II + Especialização	R\$ 2.172,21		R\$ 7.085,43
			Doutorado ou RSC-III + Mestrado	R\$ 5.130,45		R\$ 10.043,67

3.2. Caso o candidato já seja servidor público e sendo permitida a acumulação de cargos na forma da Constituição, será devida a percepção de um único auxílio-alimentação, o qual deverá ser escolhido mediante opção, conforme art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001.

4. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Do total de vagas destinadas a cada cargo, 20% (vinte por cento) serão providas na forma do § 2º, do Art. 5º, da Lei nº 8.112/90 e do Decreto nº 3.298/99.

4.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse a 20% das vagas oferecidas, nos termos do § 2º, do Art. 5º, da Lei nº 8.112/90 e § 2º, do Art. 37, do Decreto nº 3.298/99.

4.2.1. Não se aplica a reserva de vagas a pessoas com deficiência no caso dos cargos que ofereçam menos de 05 (cinco) vagas.

4.2.2. Caso surjam novas vagas, esta Instituição, aplicando o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas para portadores de deficiência, reservará a 5ª (quinta) vaga de cada Área de Conhecimento, por antecipação do direito de reserva ao portador de deficiência.

4.3. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto nº 3.298/99 e na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça.

4.4. O candidato com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.

4.4.1. O candidato que não declarar sua condição de pessoa com deficiência no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

4.5. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 3.298/99, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.6. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, se classificado no concurso, figurará em lista específica e também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo/especialidade de sua opção.

4.6.1. Antes da homologação do resultado final do concurso, o candidato deverá submeter-se à inspeção médica promovida pela Perícia Oficial em Saúde da UFRN/SIASS, mediante agendamento prévio, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 11
---------------------------	--------	------------	---------

pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência da qual é portador realmente o habilita a concorrer às vagas reservadas para candidatos em tais condições.

4.6.1.1. O candidato apresentar-se-á para a inspeção médica constante do subitem 4.6.1 às suas expensas.

4.6.2. O candidato que não for considerado pessoa com deficiência pela Perícia Oficial em Saúde da UFRN/SIASS, nos termos do Decreto n.º 3.298/99, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral.

4.6.3. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.6.4. O candidato deverá comparecer à Perícia Oficial em Saúde da UFRN/SIASS munido de laudo médico que ateste o tipo de deficiência em que se enquadra, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

4.6.5. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.7. As vagas definidas no item 4.1 que não forem providas por falta de candidatos com deficiência, por reprovação no concurso ou na Perícia Médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo/especialidade.

4.8. DO PEDIDO DE TEMPO ADICIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

4.8.1. O candidato com deficiência que se inscrever para concorrer às vagas deste Edital em igualdade de condições com os demais candidatos e necessitar de tempo adicional para a realização da prova escrita, deverá indicar sua necessidade no ato da inscrição, anexando eletronicamente no formulário um parecer (laudo médico) emitido por especialista da área de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), que ateste a necessidade de tempo adicional, conforme prevê o §2º do artigo 40 do Decreto nº3.298, de 1999.

4.8.2. O parecer (laudo médico) terá validade somente para este concurso público.

5. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.1 Das vagas destinadas a cada cargo/especialidade e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% serão providas na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

5.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do §2º do artigo 1º da Lei nº 12.990/2014.

5.1.2. Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos nos cargos/especialidade com número de vagas igual ou superior a 3 (três).

5.1.3. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

5.1.4. A autodeclaração terá validade somente para este concurso público.

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 12
---------------------------	--------	------------	---------

5.1.5. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

5.1.5.1. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.1.6. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.1.6.1. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

5.1.7. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

5.1.7.1. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

5.1.8. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

5.1.9. A relação preliminar dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990/2014, será divulgada nos endereços eletrônicos <http://www.progesp.ufrn.br> (Menu Concursos) e <http://sigrh.ufrn.br> (Menu Concursos), na data provável de 30/05/2018.

5.1.10 O candidato poderá, no período de 01/06/2018 a 04/06/2018, contestar a referida relação, através do e-mail concursos@reitoria.ufrn.br, ou pessoalmente ou por procurador constituído na Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (BR 101, Campus Universitário, Prédio da Reitoria – Lagoa Nova – Natal/RN, CEP 59078-900), no horário das 07:00h às 19:00h. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.1.11 A relação definitiva dos candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos, na forma da Lei nº 12.990/2014, será divulgada nas páginas eletrônicas <http://www.progesp.ufrn.br> (Menu Concursos) e <http://www.sigrh.ufrn.br> (Menu Concursos) na data provável de 08/06/2018.

5.1.12. Os candidatos que, no ato da inscrição, se declararem aptos para concorrer às vagas reservadas na forma da Lei nº 12.990/2014 terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral por cargo/especialidade de sua opção.

5.1.13. Antes da homologação do resultado final do concurso, a PROGESP designará uma Comissão especial para a avaliação das autodeclarações, constituída por 3 (três) membros, distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

5.1.14. Antes da homologação do resultado final do concurso, a Comissão especial realizará entrevista, que será convocada em Edital específico, com todos os candidatos aprovados, conforme o quantitativo máximo de aprovados (Resultado Final) previsto no subitem 16.8 deste Edital, inscritos para as vagas reservadas à população negra, com a finalidade específica e exclusiva de se avaliar o fenótipo dos candidatos.

5.1.15. O candidato apresentar-se-á para a entrevista constante do subitem 5.1.14 às suas expensas.

5.1.16. O candidato que for aprovado às vagas destinadas aos negros, quando do comparecimento para a entrevista, deverá assinar formulário padrão, em que se declare pessoa preta ou parda (autodeclaração) e apresentar 1 (uma) foto 3x4, colorida, fundo branco sem retoques, photoshop ou similares.

5.1.17. A avaliação da Comissão Específica quanto à condição de negro considerará os seguintes aspectos:

- a) a informação prestada no ato de inscrição quanto à condição de negro;
- b) a declaração assinada pelo candidato no curso de ações afirmativas quanto à condição de negro; e
- c) o fenótipo do candidato verificado pessoalmente pelos componentes da Comissão.

5.1.18. O candidato será considerado não enquadrado na condição de negro nos seguintes casos:

- a) não comparecer à entrevista, conforme subitem 5.1.14;
- b) não assinar a declaração de que trata o subitem 5.1.16;
- c) a Comissão considerar, por decisão unânime, o não atendimento do quesito cor ou raça por parte do candidato.

5.1.18.1. O candidato que não comparecer à entrevista, por qualquer motivo, não terá direito ao reagendamento desta etapa do concurso.

5.1.19. A Comissão especial elaborará parecer individualizado acerca dos critérios de fenotipia do candidato.

5.1.20. Sobrevindo decisão unânime que não reconheça a condição de negro e desde que não possua nota para figurar na listagem de ampla concorrência, será o candidato eliminado do certame, sendo assegurado o direito de recurso da decisão.

5.1.21. O candidato que desejar interpor recurso contra o parecer da Comissão especial poderá fazê-lo em até quarenta e oito horas contadas a partir da divulgação da relação nominal nas páginas eletrônicas da Progesp (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br), observando o seguinte procedimento:

- a) encaminhar o requerimento, devidamente fundamentado, para o e-mail concursos@reitoria.ufrn.br ou entregá-lo pessoalmente ou por procurador constituído na Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (BR 101, Campus Universitário, Prédio da Reitoria – Lagoa Nova – Natal/RN, CEP 59078-900), no horário das 07:00h às 19:00h.

5.1.21.1. Não serão aceitos recursos dos candidatos eliminados das cotas por não comparecimento à entrevista, mas apenas pelo não reconhecimento da condição de negro (quesito cor ou raça) verificada pela Comissão Especial.

5.1.22. O parecer da Banca de Revisão será encaminhado eletronicamente para o candidato.

5.1.23. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso ou recurso do recurso.

5.1.24. Na hipótese de a banca constatar falsidade na declaração feita pelo candidato, poderá ser enviada a documentação à Polícia Federal para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente.

5.1.25. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza, representando, tão somente, que o candidato não se enquadrou nos quesitos de cor ou raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que definem a raça negra.

5.1.26. A avaliação da Comissão especial quanto ao enquadramento, ou não, do candidato na condição de pessoa negra, terá validade apenas para este concurso.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

6.1. A inscrição do candidato implicará aceitação total e incondicional das disposições, normas e instruções constantes deste Edital e em quaisquer Editais e normas complementares que vierem a ser publicados com vistas ao Concurso Público objeto deste instrumento.

6.1.1. O candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos no Edital.

6.1.2. A análise da compatibilidade das áreas correlatas elencadas no Anexo I (Quadro de Vagas) deste Edital com a formação acadêmica do candidato somente será realizada na avaliação de Títulos e Produção Intelectual pela Comissão Examinadora e, posteriormente, conferida no ato da posse no cargo, conforme item 21 do presente Edital.

6.2. Para se inscrever, o candidato deverá, obrigatoriamente, ter Cadastro de Pessoa Física – CPF, documento de identificação e preencher todos os campos do Formulário de Inscrição.

6.2.1. Candidatos estrangeiros poderão solicitar o CPF através do seguinte endereço eletrônico:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CpfEstrangeiro/fcpfIng.asp>

6.2.2. Para efeito de inscrição e participação no certame, serão considerados documentos de identificação:

a) carteira expedida por Secretaria de Segurança Pública, por Comando Militar, por Instituto de Identificação, por Corpo de Bombeiros Militares e por órgão fiscalizador (ordem, conselho etc.);

b) passaporte;

c) certificado de Reservista;

d) carteiras funcionais do Ministério Público;

e) carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade;

f) carteira de Trabalho e Previdência Social;

g) carteira Nacional de Habilitação, contendo foto.

6.3. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar sua opção de cargo, observado o disposto no QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO – ANEXO I deste Edital, que não será alterada posteriormente em hipótese alguma.

6.4. A Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas não se responsabiliza pelo não recebimento de solicitação de inscrição via internet por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

6.5. As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data e os horários estabelecidos no item 8.1, alínea “e” deste Edital, não serão acatadas.

6.6. A inscrição efetuada somente será validada após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

6.7. O candidato inscrito por outrem assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e no seu envio.

6.8. Terá a sua inscrição cancelada e será eliminado do concurso o candidato que usar dados de identificação de terceiros para realizar a sua inscrição.

6.9. O candidato deverá efetuar uma única inscrição, por área de conhecimento, conforme o disposto no Capítulo 8 deste Edital.

6.10. Caso o candidato efetue o pagamento correspondente a mais de uma inscrição, na mesma área de conhecimento, será validada apenas a inscrição correspondente ao último pagamento efetuado.

6.11. O candidato, isento ou não, poderá se inscrever em mais de uma área de conhecimento desde que preencha os requisitos exigidos para o cargo e que os períodos e horários de realização das provas não sejam coincidentes.

6.11.1. A inscrição em mais de uma área de conhecimento é de inteira responsabilidade do candidato, arcando com a possibilidade de haver a alteração da data prevista para a realização das provas, conforme art. 6º, §5º, da Resolução nº 167/2017-CONSEPE.

6.12. A inscrição somente será validada mediante confirmação, pela Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, do pagamento efetuado.

6.12.1. Se o pagamento for efetuado por cheque sem o devido provimento de fundos, a Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas cancelará a inscrição do candidato.

6.12.2. O candidato que se inscrever em mais de uma área de conhecimento deverá efetuar o pagamento das taxas de inscrição, relativas às áreas escolhidas, para fins de validação pela Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

6.13. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso, por conveniência da Administração.

6.13.1. Caso efetue pagamento correspondente a mais de uma inscrição na mesma área de conhecimento do concurso, a(s) taxa(s) não será(ão) devolvida(s).

6.14. Todas as informações prestadas no processo de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.15. O candidato deverá preencher obrigatoriamente os campos referentes ao nome (sem abreviar o primeiro e o último nome); ao endereço, incluindo Código de Endereçamento Postal – CEP; ao documento de identificação (conforme subitem 6.2.1 deste Edital) e ao Cadastro de Pessoa Física (CPF).

6.16. DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.16.1. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, no ato da inscrição, selecionar o campo “Condições Especiais” e anexar eletronicamente até o dia 22/05/2018, atestado médico descrevendo sua situação, com

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 16
---------------------------	--------	------------	---------

expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), especificando o tratamento diferenciado adequado.

6.16.2. A solicitação será submetida à Perícia Oficial em Saúde da UFRN/SIASS.

6.16.3. A solicitação de condições especiais para a realização das provas será atendida obedecendo-se a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.16.4. Não serão aceitos pedidos de tempo adicional para a realização das provas para os candidatos não portadores de deficiência, assim considerados nos termos do Decreto nº 3.298/1999.

6.16.5. A condição especial será desconsiderada caso o pedido não seja efetuado no período estabelecido.

6.16.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança.

6.16.6.1. A candidata lactante que não levar acompanhante não realizará as provas.

6.16.6.2. O tempo gasto pela lactante poderá ser compensado até o limite de uma hora.

7. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593 de 02 de outubro de 2008, que regulamenta o Art. 11 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, têm direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição do Concurso, mediante as seguintes condições:

a) estar inscrito em condição regular e atualizada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

7.2. Para usufruir tal direito, o candidato deverá realizar a sua inscrição no período de 23/04/2018 a 17/05/2018, observando os seguintes passos:

a) acessar o sítio www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos), no qual estará disponível o Formulário de inscrição;

b) preencher integralmente o Formulário de Inscrição de acordo com as instruções nele constantes, informando o Número de Identificação Social – NIS;

c) declarar no próprio Formulário de Inscrição que atende às condições estabelecidas nas alíneas “a” e “b” do item 7.1 deste Edital;

d) enviar eletronicamente e imprimir o comprovante.

7.3. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Concurso Público e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

7.4. A UFRN consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 17
---------------------------	--------	------------	---------

7.4.1. Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.

7.5. Para o candidato isento será validada, apenas, a última inscrição realizada.

7.6. Serão desconsiderados os pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar as informações apresentadas;
- c) não solicitar a isenção no prazo estabelecido no item 7.2.;

d) comprovar renda familiar mensal superior a três salários mínimos, seja qual for o motivo alegado.

7.7. O Número de Identificação Social – NIS de que trata a alínea “b” do item 7.2 deve estar no nome do candidato interessado, não sendo admitido o NIS de terceiros.

7.7.1. Não será aceito o número de protocolo de cadastro nos Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, sendo admitido apenas o Número de Identificação Social – NIS definitivo.

7.8. As solicitações de isenção deferidas e indeferidas serão divulgadas no sítio www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos), na data provável de 18/05/2018.

7.8.1. Não será aceito pedido de reconsideração/recurso do indeferimento da isenção.

7.9. O candidato cuja solicitação de isenção for indeferida poderá efetuar o pagamento, em conformidade com o prazo ordinário, até o dia 25/05/2018.

8. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

8.1. A inscrição será feita, exclusivamente, via internet, a partir do dia 23/04/2018 até às 23h59 do dia 22/05/2018, observando o horário local e os seguintes procedimentos:

a) acessar o sítio www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos), no qual se encontram disponíveis o Edital e o Formulário de Inscrição;

b) preencher integralmente o Formulário de Inscrição de acordo com as instruções constantes nele;

c) enviar eletronicamente o Formulário de Inscrição;

d) imprimir a GRU – GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO, para poder efetuar o pagamento da taxa de inscrição;

e) efetuar o pagamento da taxa, no valor correspondente ao cargo, no período de 23/04/2018 a 25/05/2018, no local indicado na GRU.

8.2. Só será admitido o pagamento da taxa de inscrição no período referido no item 8.1, alínea “e”.

8.2.1. O simples agendamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documento comprovante de pagamento do valor de inscrição.

8.3. O candidato deverá guardar consigo, até a validação definitiva da inscrição, o comprovante de pagamento como suficiente instrumento de comprovação de pagamento da inscrição.

8.4. No dia 30/05/2018, será disponibilizado nos sítios www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos) e www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos) a relação preliminar de inscritos.

8.5. O candidato cujo pagamento da taxa de inscrição não estiver identificado deverá entregar pessoalmente na sede da Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (BR 101, Campus Universitário, Prédio da Reitoria – Lagoa Nova – Natal/RN, CEP 59078-900) ou enviar para o e-mail concursos@reitoria.ufrn.br, no período de 01/06/2018 a 05/06/2018, cópia do comprovante de pagamento e do boleto bancário (GRU), no horário das 7h00min às 19h00min, para que seja providenciada sua validação.

8.5.1. No dia 08/06/2018 será divulgada a relação definitiva de inscritos, podendo o candidato acessá-la por meio dos sítios www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos) e www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos).

8.6. Taxa de inscrição:

8.6.1. As taxas serão cobradas conforme o quadro abaixo.

Classe / Padrão	Regime de trabalho	Taxa de inscrição
D I, 1	Dedicação Exclusiva	R\$ 100,00

-

9. DA ETAPA DE ENTREGA ELETRÔNICA DO CURRÍCULO, MPAP E DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

9.1. Após a divulgação da relação de inscritos especificada no item 8.5.1, os candidatos com inscrições deferidas deverão entregar eletronicamente os seguintes documentos:

- a) curriculum vitae (preferencialmente na Plataforma Lattes);
- b) cópia dos documentos comprobatórios do currículo, para fins de pontuação na prova de títulos, comprometendo-se o candidato pela veracidade das informações;
- c) memorial e Projeto de Atuação Profissional; e
- d) cópia de documento de identificação com foto, conforme item 6.2.2 deste Edital.

9.2. A entrega será feita, exclusivamente, via internet, no período de 18/06/2018 até às 23h59 do dia 13/07/2018, observando o horário local e os seguintes procedimentos:

- a) acessar o sítio www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos → Concursos em Andamento → Acessar “área do candidato”);
- b) selecionar a vaga do concurso e preencher os dados do login (CPF e Senha), clicando em seguida em “acessar”;
- c) na área do candidato, selecionar o link “Documentos do Candidato e Currículo”;
- d) anexar todos os documentos nos campos solicitados.

9.3. Todos os arquivos anexados deverão estar digitalizados em formato “.pdf”

9.4. A não entrega da documentação relacionada no item 9.1, alíneas “a”, “c” e “d”, no prazo estabelecido, implicará na eliminação do candidato, não ensejando a devolução da taxa de inscrição.

9.5. A nota informativa contendo a relação final dos candidatos que anexaram eletronicamente no prazo legal a documentação constante no item 9.1 será divulgada na data provável de 17/07/2018.

9.6. A Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas não se responsabiliza pelo não recebimento dos documentos eletrônicos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados no último dia permitido para o seu envio.

10. DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES EXAMINADORAS E DOS CALENDÁRIOS

10.1. A composição das Bancas Examinadoras e os respectivos calendários de provas estão previstos para serem divulgados em Nota Informativa nos sites www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos) e www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos) a partir do dia 13/08/2018.

10.1.1. A divulgação do calendário para cada área de conhecimento informará a data, local e hora de realização exatos da Prova Escrita. As datas prováveis da Prova Didática, da Apresentação do MPAP e da avaliação dos Títulos serão confirmadas aos candidatos no decorrer da realização do Concurso pela própria Comissão Examinadora, podendo sofrer alterações, mediante o quantitativo de candidatos aprovados em cada etapa de provas.

10.1.2. A Nota Informativa especificada no item 10.1 também especificará a caracterização da prova escrita, se apenas discursiva ou se dividida em duas partes (objetiva e discursiva), bem como a língua permitida para a realização das avaliações.

10.2. O candidato poderá impugnar os membros da Comissão Examinadora, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados após a divulgação da Nota Informativa, nos casos previstos no art. 14 da Resolução nº 167/2017-CONSEPE.

10.2.1. A impugnação deverá ser apresentada através da área do candidato (www.sigrh.ufrn.br), no link “Impugnar Comissão Examinadora”, mediante fundamentação que aponte o descumprimento do art. 14 da Resolução nº 167/2017-CONSEPE. Não será aceito o envio de impugnação por outros meios.

11. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

11.1. As provas poderão ocorrer no período de 16/09/2018 a 21/10/2018, de acordo com o calendário previsto no item 10.1.

11.2. As provas das áreas de conhecimento vinculadas ao Núcleo de Educação da Infância (NEI) e à Escola de Música (EMUFRN) serão aplicadas, no horário local, no município de Natal/RN.

11.3. O Concurso constará de quatro tipos de avaliações, realizadas na seguinte ordem: I – Prova Escrita (fase eliminatória e classificatória); II – Prova Didática (fase eliminatória e classificatória); III – Defesa de Memorial e Projeto de Atuação Profissional (fase eliminatória e classificatória); e IV – Prova de Títulos (fase classificatória).

11.4. A descrição detalhada das avaliações pode ser obtida através da leitura da Resolução nº 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, e dos respectivos Programas, disponíveis nos sítios www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos) e www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos), não podendo o candidato alegar o seu desconhecimento.

11.5. O comparecimento do candidato nas avaliações será registrado mediante lista de presença, devendo ser apresentado documento com foto que o identifique, conforme item 6.2.2 deste edital.

11.5.1. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação e a realização da prova escrita para os candidatos que não apresentarem documento de identificação com foto.

11.6. Não será permitida a realização das avaliações por candidato que, por qualquer motivo, deixar de cumprir o horário estabelecido para seu início, sendo o mesmo considerado eliminado.

11.7. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado, sendo recomendado o prévio reconhecimento do local de realização de provas.

11.8. A PROGESP não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos durante a realização das provas.

11.9. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas:

- a) for surpreendido fornecendo e/ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) for surpreendido portando celular, relógio digital, gravador, receptor, máquina de calcular, câmera fotográfica, ager, notebook e/ou equipamento similar, ligados ou não, exceto quando necessários para a realização da prova, desde que autorizados pela Comissão Examinadora;
- c) atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar, fiscalizar ou orientar a aplicação das provas;
- d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo estabelecido;
- e) afastar-se da sala, a não ser em caráter definitivo, sem o acompanhamento de fiscal;
- f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando Folha de Respostas ou Caderno de Provas;
- g) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas ou na Folha de Respostas, quando for o caso;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- i) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso;
- j) utilizar corretivo líquido na prova escrita ou qualquer meio de identificação nominal na prova escrita.

12. DA PROVA ESCRITA

12.1. A prova escrita destina-se a avaliar o conhecimento do candidato em relação ao conteúdo do programa do concurso bem como sua capacidade de expressão na linguagem acadêmica.

12.2. A prova escrita será aplicada pela CE e constará das mesmas questões para todos os candidatos e realizada no prazo máximo de 04 (quatro) horas, ressalvada a hipótese especificada no item 4.8 deste Edital.

12.2.1. A prova escrita poderá consistir de questões discursivas elaboradas pela CE ou pelo sorteio de itens do programa da prova sobre os quais o candidato deverá dissertar e valerá no máximo 10 (dez) pontos.

12.3. Conforme previsão contida no art. 17, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 167/2017-CONSEPE, a prova escrita poderá, a critério da Unidade Acadêmica Especializada a que a vaga estiver vinculada, ocorrer em duas partes, sendo uma de múltipla escolha e outra discursiva, devendo ambas as partes serem realizadas na mesma data. A informação de que

a prova escrita será ou não dividida em duas partes dar-se-á quando da divulgação das Comissões e Calendários, conforme subitem 10.1.2 deste Edital.

12.3.1. Se a opção for pela realização da prova em duas partes, esta será assim caracterizada:

a) a primeira parte será composta por vinte questões de múltipla escolha, baseada nos itens do programa da prova e valerá no máximo 10,00 (dez) pontos;

b) a segunda parte será constituída de questões discursivas elaboradas pela CE ou pelo sorteio de itens do programa da prova sobre os quais o candidato deverá dissertar e valerá no máximo 10,00 (dez) pontos.

12.3.2. Somente terão corrigidas as Provas Discursivas (segunda parte) os candidatos que obtiverem o mínimo de 70% de acertos das questões de múltipla escolha válidas (primeira parte).

12.4. Havendo anulação de questão o seu valor em pontos será distribuído nas demais questões para todos os candidatos.

12.5. Caso os 70% das questões válidas de múltipla escolha resulte em número fracionado, será considerado o número inteiro de questões imediatamente superior de maneira a garantir o mínimo de 70%.

12.6. Na hipótese especificada no subitem 12.3.1, o resultado da avaliação será obtido pela média aritmética das notas atribuídas nas duas partes (questões de múltipla escolha e discursiva).

12.7. O dia, o horário e o local exatos da prova escrita serão publicados em DOU por meio de Edital complementar e divulgados nos sítios www.sigrh.ufrn.br (Menu Concursos) e www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos), nos termos da Resolução nº167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017.

12.8. A prova escrita deverá ser respondida com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, sob pena de eliminação no concurso.

12.9. O candidato identificará a sua prova escrita unicamente por um número, obtido mediante sorteio realizado antes do início da prova. Qualquer identificação que não a numérica implicará na eliminação do candidato no concurso.

12.9.1. Cada candidato retirará de um envelope uma ficha contendo um número que deverá ser memorizado e mantido em sigilo, uma vez que servirá de identificação de sua prova; em seguida, o candidato escreverá seu nome completo na ficha e a devolverá ao referido envelope, que será lacrado e assinado sobre o lacre pelo presidente da CE.

12.10. Não será permitida consulta a qualquer material, após o início da prova escrita, exceto aquele fornecido pela CE.

12.11. A CE atribuirá à prova escrita nota de 0,00 (zero) a 10 (dez), sendo desclassificado o candidato que obtiver nota final, resultante da média aritmética, inferior a 7,00 (sete).

12.12. DA CLÁUSULA DE BARREIRA

12.12.1. Somente estarão habilitados a realizar a prova didática o quantitativo máximo de candidatos abaixo estabelecido, mesmo que atingida a nota mínima de aprovação na avaliação da prova escrita, respeitando-se os empates ocorridos na última colocação dentre os convocados:

Área de conhecimento/disciplina	Quantitativo máximo de aprovados para a Prova Didática
---------------------------------	--

Sonorização e Gravação	04
Teoria da música e educação à distância – EAD	06
Saxofone	06
Flauta Doce e Música de Câmara	09
Educação Física para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	N/A
Inteligência Computacional	N/A

N/A – não se aplica

12.13. Serão considerados critérios de avaliação de todas as questões da prova escrita: Clareza e propriedade no uso da linguagem; Coerência e coesão textual, com uso correto da Língua Portuguesa ou língua estrangeira, nos casos especificados no art. 16 da Resolução nº 167/2017-CONSEPE; Domínio dos conteúdos, evidenciando a compreensão dos temas objeto da prova; Domínio e precisão no uso de conceitos; Coerência no desenvolvimento das ideias e capacidade argumentativa.

12.14 O valor de cada questão da Prova Escrita estará especificado na Ficha de Expectativa de Respostas e no caderno de provas.

12.15. O resultado da prova escrita e a ficha de expectativa de resposta serão divulgados no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada.

12.16. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada, os quais também serão divulgados, via internet, nos sites da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

12.17. Os prazos recursais serão computados a partir da divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada e não da divulgação nos sites da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) ou SIGRH (www.sigrh.ufrn.br), uma vez que por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica poderão impossibilitar ou retardar a publicação dos dados na internet.

13. DA PROVA DIDÁTICA

13.1. A prova didática será realizada exclusivamente pelos candidatos aprovados na respectiva prova escrita, respeitada a cláusula de barreira descrita no item 12.12 deste edital, no dia, horário e local definidos pela Comissão Examinadora correspondente.

13.2. A prova didática constará de aula expositiva, de natureza teórica ou teórico-prática sobre tema a ser sorteado, destinando-se a avaliar os conhecimentos e habilidades didático-pedagógicos do candidato quanto ao planejamento e à adequação da abordagem metodológica da aula, a ser ministrada perante a Comissão Examinadora.

13.2.1. A prova didática para a área de Educação Física para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (NEI) será realizada com crianças da Educação Infantil (níveis 3 ou 4) ou do Ensino Fundamental, sendo a turma participante definida através de sorteio.

13.2.2. A prova didática de natureza teórica deverá ter duração mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos e máxima de 60 (sessenta) minutos de apresentação, seguidos de arguição, possuindo cada membro da Comissão Examinadora até 03 (três) minutos para formular sua arguição, cabendo ao candidato até 05 minutos para respondê-la, não sendo permitida a réplica.

13.2.2.1. O não cumprimento do período de duração para a apresentação da prova didática pelo candidato acarretará, por si só, a desclassificação do mesmo pela Comissão Examinadora.

13.2.3. Nas áreas de conhecimento em que a prova didática for de natureza teórico-prática, seu tempo de duração estará definido nos itens 13.12, 13.13, 13.14 e 13.15 deste edital.

13.3. A prova didática será gravada em áudio e vídeo para efeito de registro. Em caso de falha que impossibilite a gravação, a banca deverá adiar a sessão.

13.3.1. É vedada a gravação ou transmissão das provas didáticas pelo público presente na sessão por qualquer meio.

13.4. O sorteio da ordem de apresentação para as provas didáticas de todos os candidatos ocorrerão quando da divulgação do resultado da prova escrita, sendo divulgada no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada, imediatamente após a realização do sorteio dos mesmos.

13.5. A Comissão Examinadora informará aos candidatos os horários de sorteio do tema para cada turno.

13.5.1. O tema deverá ser único para cada turno de provas.

13.5.2. Cada turno terá o tema sorteado com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas em relação ao início das apresentações, observada a ordem estabelecida no subitem 13.4, sendo facultada a presença do candidato.

13.5.3. Cada turno deverá comportar, no máximo, apresentações de 03 (três) candidatos.

13.6. É de responsabilidade exclusiva do candidato verificar no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada as atas do sorteio da ordem de apresentação e do sorteio dos temas da prova didática.

13.7. Todos os candidatos deverão estar presentes no horário de início do respectivo turno de apresentações, sob pena de eliminação no certame. O material de apresentação para a prova didática (pen drive, etc.), caso haja, deverá ser entregue por todos os candidatos no início do turno para o presidente da comissão examinadora.

13.8. No ato da realização da prova didática deverá o candidato, antes do início da apresentação, entregar à Comissão Examinadora 03 (três) vias impressas do plano de aula, sob pena de eliminação no concurso.

13.9. Todos os candidatos serão submetidos à arguição por todos os membros da Comissão Examinadora.

13.10. A CE atribuirá à prova didática nota de 0,00 (zero) a 10 (dez), sendo desclassificado o candidato que obtiver nota final inferior a 7,00 (sete).

13.10.1. A Prova Didática será avaliada observando-se os critérios abaixo discriminados, à exceção das áreas de Sonorização e Gravação, Teoria da música e educação à distância – EAD, Saxofone e Flauta Doce e Música de Câmara, cuja descrição está especificada nos itens 13.12, 13.13 e 13.14 deste Edital:

a) plano de aula (0,0 a 1,0 pontos): clareza na redação dos elementos do plano (ortografia, regras de formatação bibliográfica adequadas); atualização e pertinência das referências utilizadas; pertinência dos objetivos propostos com o tema da aula; coerência entre objetivos, conteúdos, procedimentos didáticos, recursos e avaliação; adequação no tratamento do tema ao perfil formativo estabelecido no projeto pedagógico de um dos cursos nos quais poderá atuar;

b) aspectos didático-metodológicos (0,0 a 6,0 pontos): relaciona o tema da aula com a área/disciplina do concurso e explicita as suas escolhas teórico-metodológicas; aborda o tema de modo a atingir os objetivos propostos no plano, desenvolvendo a aula no

tempo previsto e demonstrando domínio do conteúdo e segurança na exposição; situa o tema no seu contexto de produção, relaciona-o com os demais componentes curriculares e com o universo sociocultural dos estudantes, e utiliza, direta ou indiretamente, as referências indicadas no plano; demonstra correção e adequação no uso da linguagem e clareza na comunicação, além de utilizar de maneira correta a terminologia e os conceitos da área;

c) emprego apropriado dos recursos didáticos (0,0 a 1,0 pontos): utiliza recursos adequados ao conteúdo tratado e à metodologia escolhida, como meio auxiliar na abordagem e compreensão do tema da aula; demonstra habilidade no uso dos recursos escolhidos;

d) arguição (0,0 a 2,0 pontos): contempla nas respostas os pontos levantados nas questões, demonstrando conhecimento da área/disciplina; defende e argumenta suas ideias com coerência.

13.11. O resultado da prova didática será divulgado no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada.

13.11.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada, os quais também serão divulgados, via internet, nos sites da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

13.11.2. Os prazos recursais serão computados a partir da divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada e não da divulgação no site da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) ou SIGRH (www.sigrh.ufrn.br), uma vez que por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica poderão impossibilitar ou retardar a publicação dos dados na internet.

13.12. DA ÁREA DE SONORIZAÇÃO E GRAVAÇÃO

13.12.1. A prova didática na área de Sonorização e Gravação, vinculada à Escola de Música, terá caráter teórico-prático, sendo composta de duas etapas:

a) Aula Expositiva: com duração de 30 (trinta) minutos, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, abordando um dos temas abaixo relacionados:

I - Sonorização utilizando mesa digital: recursos, possibilidades e aplicações práticas;

II - Trabalhando com MIDI no Pro Tools 12;

III - Compressores, equalizadores e reverbs: conceitos, tipos, funções e aplicações práticas;

IV - Microfones: conceitos, tipos, funções e aplicações práticas;

V - Mixagem: conceitos, métodos, softwares e plug-ins;

VI - Masterização: conceitos, métodos, softwares e plug-ins;

b) Execução Prática: com duração total máxima de 90 (noventa) minutos, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, onde o candidato deve:

I - Sonorizar um grupo musical formado por bateria, baixo, guitarra e voz, atentando para o sinal de PA e retorno utilizando a mesa Yamaha TF5. As conexões dos microfones na mesa já estarão feitas;

II - Gravar uma música executada pela banda utilizando o software Pro Tools 12 para Mac OSX, em formato multipista. As conexões da mesa para a DAW estarão feitas, porém não configuradas; e

III - Mixar a música gravada e finalizar o áudio em versão wav empregando a taxa de amostragem de 44.1 kHz e resolução de 16 bits em estéreo.

13.12.2. Na aula expositiva, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

- a) Plano de Aula (Valor: 0,00 a 1,00);
- b) Aspectos teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 5,00);
- c) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 2,00);
- d) Arguição (Valor: 0,00 a 2,00).

13.12.3. Na execução prática, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

- a) Interação com músicos de forma adequada, atendendo às suas solicitações (Valor: 0,00 a 1,00)
- b) Emprego apropriado das técnicas de sonorização e coerência do resultado sonoro final (Valor: 0,00 a 4,00)
- c) Emprego apropriado das técnicas de gravação em multipista do material sonoro no Pro Tools (Valor: 0,00 a 1,00)
- d) Emprego apropriado das técnicas e recursos de mixagem produzindo material sonoro coerente (Valor: 0,00 a 4,00)

13.12.3.1. Na execução prática o candidato poderá finalizar a etapa em um tempo inferior a 90 (noventa) minutos, não sofrendo penalização nem acréscimo em sua nota.

13.12.3.2. Durante todos os momentos da execução prática o candidato deverá estar explicando para a banca suas ações.

13.12.4. No local da prova didática estará disponível ao candidato:

- a) Músicos instruídos pela Unidade Acadêmica Especializada;
- b) Instrumentos musicais necessários para a realização da prova;
- c) Mesa de Som Yamaha TF5;
- d) Computador iMac com Pro Tools 12;
- e) Caixa amplificada para retorno;
- f) PA;
- g) Monitores de referência Yamaha NS-10;
- h) Microfones com pedestais: kit de bateria AKG, SM58, SM57;
- i) Fones de Ouvido;
- j) Outros: cabos de microfones, cabos de instrumento, DIs e outros equipamentos necessários para a execução da prova.

13.12.5. A nota final da prova didática na área de Sonorização e Gravação será a média ponderada das notas da aula expositiva (peso 3) e da execução prática (peso 7) conforme fórmula abaixo:

$$\text{NFPD} = (\text{NAE} \times 0,3) + (\text{NEP} \times 0,7)$$

Em que NFPD = Nota Final da Prova Didática; NAE = Nota Aula Expositiva; NEP = Nota Execução Prática

13.13. DA ÁREA DE TEORIA DA MÚSICA E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD

13.13.1. A prova didática na área de Teoria da música e educação à distância – EAD, vinculada à Escola de Música, terá caráter teórico-prático, sendo composta de duas etapas:

a) Etapa Teórica: uma aula expositiva com 30 (trinta) minutos de duração, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), abordando um dos temas abaixo relacionados:

I) Estratégias de interatividade na construção de uma aula sobre acordes de 3 sons para ensino à distância;

II) Estratégias de interatividade na construção de uma aula sobre ritmo para ensino à distância;

III) Relação entre ensino à distância e presencial: exercícios presenciais para fixação de uma aula dada à distância sobre intervalos naturais;

IV) Estratégias de avaliação no ensino à distância da Teoria Musical;

V) Estratégias para realização de atividades práticas ligadas à compreensão dos compassos simples e compostos numa aula dada à distância;

VI) O uso da tecnologia para a construção de uma videoaula para ensino do tema “escalas maiores e menores” à distância.

b) Etapa Prática: apresentação de videoaula com duração de 15 (quinze) minutos, abordando o tema “Elementos básicos da Notação Musical: pauta, claves e notas musicais”, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

13.13.2. Na etapa teórica, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

a) Plano de Aula (Valor: 0,00 a 1,00)

b) Habilidade de apresentar o conteúdo de maneira clara (Valor: 0,00 a 1,00)

c) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 5,00)

d) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 1,00)

e) Arguição (Valor: 0,00 a 2,00)

13.13.3. Na etapa prática, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

a) Qualidade material (visual e sonora): 0,00 a 3,00 (máx. de 30%)

b) Qualidade de conteúdo (clareza na apresentação; formatação de exemplares; planejamento de conteúdos; atualização tecnológica; atualização; referências): 0,00 a 7,00 (máx. De 70%)

13.13.3.1. O candidato deverá entregar à Comissão Examinadora mídia digital contendo a videoaula com tema indicado na alínea “b” do item 13.13.1.

13.13.4. A nota final da prova didática na área de Teoria da música e educação à distância – EAD será a média aritmética entre as notas das duas etapas.

13.14. DA ÁREA DE SAXOFONE

13.14.1. A prova didática na área de Saxofone, vinculada à Escola de Música, terá caráter teórico-prático, sendo composta de três etapas:

a) Etapa Teórica: uma aula expositiva com 30 (trinta) minutos de duração, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), abordando um dos temas abaixo relacionados:

- I) Estratégias pedagógicas para o ensino de saxofone clássico e popular;
- II) Repertório contemporâneo e técnicas estendidas;
- III) Exposição técnica e interpretativa sobre a peça Mãe – Ryo Noda.
- IV) Intérpretes e Repertório do saxofone dos séculos XX e XXI no Brasil;
- V) Exposição técnica e interpretativa sobre a peça 11 de Abril, de Dominginhos;
- VI) Origem, evolução do saxofone, os diversos instrumentos da família e suas características técnico interpretativas.

b) Execução Prática: com duração de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) minutos, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, contemplando todos os tópicos listados abaixo:

I) Uma peça ou movimento de obra representativa dos Séculos XX ou XXI com uso de técnicas estendidas (música de concerto);

II) Duas peças de confronto:

- Mãe – Ryo Noda

- Caprice en Forme de Valse segundo movimento – Paul Bonneau

III) Uma peça ou movimento de obra brasileira representativa dos Séculos XX ou XXI (música de concerto).

IV) 11 de Abril – Dominginhos

V) Um choro (livre escolha)

c) Aula prática: ministrar para um aluno de Saxofone, com duração de 30 (trinta) minutos, sobre as técnicas estendidas abordadas por Ryo Noda na peça Mãe. Será atribuída à aula prática nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

13.14.2. Na etapa teórica, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

- a) Plano de Aula (Valor: 0,00 a 1,00)
 - b) Habilidade de apresentar o conteúdo de maneira clara (Valor: 0,00 a 1,00)
 - c) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 5,00)
 - d) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 1,00)
 - e) Arguição (Valor: 0,00 a 2,00)
-

13.14.2.1. Na etapa teórica, o candidato deverá entregar a cada membro da comissão julgadora uma via do plano de aula.

13.14.3. Na execução prática, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

- a) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 2,00)
- b) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 8,00)

13.14.3.1. O candidato deverá providenciar os instrumentos utilizados na execução prática, bem como pianista acompanhador e/ou instrumentistas acompanhadores, se necessário. Caso os tópicos listados na Execução Prática não possibilitem completar o tempo exigido (entre 40 e 50 minutos), o candidato deverá completá-la com peças de livre escolha.

13.14.3.2. O candidato deverá entregar a cada membro da comissão julgadora uma cópia da partitura das peças de livre escolha.

13.14.4. Na aula prática, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

- a) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 5,00)
- b) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 5,00)

13.14.4.1. Participarão da aula prática três alunos do Curso de Graduação, Mestrado e/ou Técnico em Saxofone da UFRN. O nome do aluno a participar da aula prática será sorteado pelo candidato antes do início da mesma.

13.14.5. A nota final da prova didática na área de Saxofone será a média aritmética entre as notas das três etapas.

13.15. DA ÁREA DE FLAUTA DOCE E MÚSICA DE CÂMARA

13.15.1. A prova didática na área de Flauta Doce e Música de Câmara, vinculada à Escola de Música, terá caráter teórico-prático, sendo composta de três etapas:

a) Etapa Teórica: Uma aula expositiva com 30 (trinta) minutos de duração, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), abordando um dos temas abaixo relacionados:

- I) A flauta doce e o mercado de trabalho na atualidade;
- II) Repertório contemporâneo e técnicas estendidas para flauta doce;
- III) A literatura, estética e organologia para flauta doce nos diferentes períodos da música;
- IV) Intérpretes e repertório da flauta doce;
- V) As diferentes práticas interpretativas nas diferentes nacionalidades no período barroco (francês, o barroco alemão e o barroco italiano);
- VI) A música de câmara para flauta doce: aspectos do ensino e da performance.

b) Execução prática: com duração de quarenta (40) a cinquenta (50) minutos, sendo atribuída nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, contemplando todos os tópicos listados abaixo,:

I) Uma peça ou movimento de obra representativa dos Séculos XX ou XXI com uso de técnicas estendidas;

II) Peças de confronto:

- 5 Studies de Frans Brüggen

- The Flute's Garden of Delight de J. Van Eyck - 1 Preludium of Voorspel, 90 Phantasia e 133 Lavolette

III) Uma peça ou movimento de obra brasileira representativa;

IV) Uma obra para flauta tenor de G. Frescobaldi;

V) Uma sonata para flauta contralto e baixo contínuo de Händel, Telemann ou Pepusch.

c) Aula prática: ministrar para um aluno de flauta doce com duração de 30 (trinta) minutos sobre a sonata em Dó maior de Handel. Será atribuída à aula prática nota de 0,0 (ZERO) a 10,0 (DEZ).

13.15.2. Na etapa teórica, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

a) Plano de Aula (Valor: 0,00 a 1,00)

b) Habilidade de apresentar o conteúdo de maneira clara (Valor: 0:00 a 1:00)

c) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 5,00)

d) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 1,00)

e) Arguição (Valor: 0,00 a 2,00)

13.15.2.1. Na etapa teórica, o candidato deverá entregar a cada membro da comissão julgadora uma via do plano de aula.

13.15.3. Na execução prática, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

a) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 2,00)

b) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 8,00)

13.15.3.1. O candidato deverá providenciar os instrumentos utilizados na prova didática bem como pianista acompanhador e/ou instrumentistas acompanhadores, se necessário. Caso os tópicos listados na Etapa Prática não possibilitem completar o tempo exigido (entre 40 e 50 minutos), o candidato deverá completá-la com peças de livre escolha.

13.15.3.2. O candidato deverá entregar a cada membro da comissão julgadora uma cópia da partitura das peças de livre escolha.

13.15.4. Na aula prática, a nota será atribuída observando a seguinte proporção:

a) Aspectos Teórico-metodológicos (Valor: 0,00 a 5,00)

b) Emprego apropriado dos recursos didáticos (Valor: 0,00 a 5,00)

13.15.4.1. Participarão dessa etapa três alunos dos Curso Técnico em flauta doce da UFRN. O nome do aluno a participar da aula prática será sorteado pelo candidato antes do início da mesma.

13.15.5. A nota final da prova didática na área de Flauta Doce e Música de Câmara será a média aritmética entre as notas das três etapas.

14. DA DEFESA DO MEMORIAL E PROJETO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL - MPAP

14.1. A defesa de Memorial e Projeto de Atuação Profissional será realizada pelos candidatos aprovados na Prova Didática e a sua ordem de apresentação será definida mediante sorteio no ato da divulgação do resultado da prova didática, sendo facultada a presença do candidato, com antecedência de 24h em relação ao início das apresentações, seguido de imediata divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada.

14.1.1. Nas situações em que não houver candidato reprovado na Prova Didática, o tempo de 24h definido no item anterior poderá ser suprimido.

14.1.2. É de inteira responsabilidade do candidato verificar no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada o sorteio da ordem de apresentação da prova de MPAP.

14.1.3. A defesa de Memorial e Projeto de Atuação Profissional será gravada em áudio ou em áudio/vídeo para efeito de registro. Em caso de falha que impossibilite a gravação, a banca deverá adiar a sessão.

14.1.3.1. É vedada a gravação ou transmissão do MPAP pelo público presente na sessão por qualquer meio.

14.1.4. O Memorial e o Projeto de Atuação Profissional (MPAP) compõem dois itens de um documento único.

14.1.4.1. O Memorial deve trazer a descrição e análise das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo candidato, de forma discursiva e circunstanciada, incluindo sua produção científica, e outras atividades, individuais ou em equipe, relacionadas à área de conhecimento em exame.

14.1.4.2. O Projeto de Atuação Profissional na área do concurso deve estabelecer os pressupostos teóricos dessa atuação, as ações a serem realizadas e os resultados esperados, identificando seus possíveis desdobramentos e consequências.

14.1.5. Cada defesa terá duração máxima de 30 (trinta) minutos para apresentação do MPAP, da qual devem obrigatoriamente participar todos os integrantes da CE, sendo disponibilizado o tempo de 15 (quinze) minutos para arguição para cada membro da CE.

14.1.5.1. As defesas de MPAP serão realizadas em sessões públicas, comportando, no máximo, apresentações de 03 (três) candidatos por turno, vedada a participação dos candidatos concorrentes.

14.1.6. A Comissão Examinadora atribuirá ao MPAP nota de 0,00 (zero) a 10 (dez), sendo desclassificado o candidato que obtiver nota final inferior a 7,00 (sete).

14.1.7. A defesa do MPAP será avaliada, observando-se os seguintes critérios:

a) o Memorial e o Projeto de Atuação Profissional (0,0 a 3,0 pontos): a redação deverá observar os requisitos da linguagem acadêmica: objetividade, clareza e precisão e obedecer às normas da ABNT quanto às citações, notas de rodapé e organização bibliográfica. No Memorial, o candidato deverá produzir um relato histórico e reflexivo, acerca dos eventos que constituíram sua trajetória acadêmico-profissional, fornecendo uma informação completa e precisa do itinerário percorrido e sua articulação com a área do concurso; descrever e estabelecer relação entre as diferentes etapas de formação e de atuação profissional; situar os fatos e acontecimentos no contexto histórico-cultural mais amplo em que se inscrevem; articular a trajetória descrita para justificar a sua possível atuação e os atuais investimentos em ensino, pesquisa e extensão na Instituição; e selecionar adequadamente e com pertinência as referências teóricas. No Projeto de Atuação Profissional, o candidato deverá ser capaz de articular o projeto de atuação profissional e a trajetória acadêmico-profissional com a área de conhecimento objeto do concurso e com a expectativa de atuação profissional; prever a

participação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e em atividades de administração acadêmica para inserção no contexto institucional; articular as propostas feitas aos projetos institucionais da UFRN e/ou do Departamento ou Unidade Especializada à qual se candidata; e apresentar novos enfoques, contribuindo para a consolidação e desenvolvimento da área;

b) apresentação e defesa do Memorial e do Projeto de Atuação Profissional (0,0 a 5,0 pontos): capacidade para analisar os eventos que marcaram sua trajetória acadêmico-profissional; explicitar a importância de sua formação para a sua atuação profissional; esclarecer os posicionamentos teóricos ou práticos assumidos em cada etapa de sua formação/atuação; demonstrar a coerência entre as atividades desenvolvidas ao longo da trajetória acadêmica e a disciplina/área do concurso; justificar de forma adequada e fundamentada as continuidades e inflexões em sua trajetória acadêmico-profissional; demonstrar sólido conhecimento dos conteúdos da disciplina/área do concurso, além de cultura geral;

c) arguição (0,0 a 2,0 pontos): objetividade, clareza, precisão e correção no uso da língua; correção e coerência na maneira de argumentar e defender as suas ideias; demonstrar habilidade na elaboração de respostas a questionamentos; responder convenientemente às perguntas dos examinadores, demonstrando segurança e conhecimento no uso de termos e conceitos.

14.1.8. O resultado da prova de MPAP será divulgado no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada.

14.1.8.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada, os quais também serão divulgados via internet, nas páginas eletrônicas da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

14.1.8.2. Os prazos recursais serão computados a partir da divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada e não da divulgação nas páginas eletrônicas da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

15. DOS TÍTULOS E PRODUÇÃO INTELECTUAL

15.1. Após o encerramento das provas escrita, didática e avaliação de MPAP, a CE atribuirá pontos aos títulos e à produção intelectual, constantes do curriculum vitae (preferencialmente na Plataforma Lattes) de cada candidato, entregues de forma eletrônica, para o estabelecimento da nota final da prova de títulos.

15.2. A pontuação correspondente a cada item dos títulos e produção intelectual está especificada no Anexo XI da Resolução nº 167/2017- CONSEPE.

15.3. Para fins de pontuação na prova de títulos e produção intelectual, consoante Anexo XI da Resolução nº 167/2017- CONSEPE serão considerados os seguintes documentos:

15.3.1. Para o Grupo I (Títulos e Formação Acadêmica):

15.3.1.1. Curso de Especialização ou aperfeiçoamento: Certificado de Especialização ou Aperfeiçoamento, devidamente registrado, conforme normas da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e do Conselho Nacional de Educação – CNE. Também será aceita certidão de conclusão de Pós-Graduação lato sensu acompanhada do respectivo histórico escolar no qual constem as disciplinas cursadas e as respectivas cargas horárias do curso e a comprovação da apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso.

15.3.1.1.1 Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE, deverá ser anexada uma certidão do responsável pela organização e realização do curso atestando que este atendeu a uma das normas estipuladas no item acima.

15.3.1.2. Integralização de créditos em disciplinas de Mestrado e/ou Doutorado: certidão e/ou declaração expedida pela instituição de ensino competente.

15.3.1.3. Curso de Mestrado e/ou Doutorado: Diploma de Mestrado / Doutorado, devidamente registrado, expedida por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC ou, na sua falta, Ata do julgamento da tese/dissertação, acrescido do histórico escolar e Certidão ou Declaração expedida pela instituição de ensino de que não possui pendências.

15.3.1.3.1. Para o curso de Doutorado ou Mestrado concluído no exterior será aceito apenas o diploma, para fins de Pontuação na Prova de Títulos, permanecendo a exigência de revalidação no ato da posse, conforme item 15.1, alínea “a”, deste Edital.

15.3.1.4. Títulos de Livre-Docência: Certificado ou Diploma emitido pelo dirigente máximo da instituição de ensino que concedeu a Livre-Docência.

15.3.1.5. Para o referido Grupo, somente será considerada a pontuação correspondente à titulação ou formação acadêmica mais alta, sendo vedado o somatório de títulos com a integralização de créditos de disciplinas concluídas em cursos de Mestrado e Doutorado.

15.3.2. Para o Grupo II (Atividades de Docência):

15.3.2.1. Exercício do magistério (em nível superior ou no ensino básico, técnico e tecnológico): declaração ou certidão de tempo de exercício no magistério expedida pela instituição de ensino.

15.3.2.2. Exercício de monitoria em nível superior: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.2.3. Participação em estágio em docência assistida realizado em estabelecimento de ensino superior, durante curso de Pós-Graduação stricto sensu devidamente validado pela instituição de ensino: declaração ou certidão expedida pela coordenação do curso de Pós-Graduação.

15.3.2.4. Participação em programas e/ou projetos de ensino ou inovação pedagógica: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.2.5. Orientação de trabalho final de curso de Graduação, de monografia de Graduação e/ou Especialização, de Dissertação ou de Tese: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.2.6. Somente serão consideradas as atividades exercidas nos últimos 10 (dez) anos, contados até a publicação do Edital em Diário Oficial da União.

15.3.3. Para o Grupo III (Atividades de Pesquisa e Extensão):

15.3.3.1. Livro publicado ou organizado com ISBN: cópia da capa do livro e da ficha catalográfica, contendo as informações essenciais para identificação da publicação e/ou organização, incluindo número ISBN e Conselho Editorial.

15.3.3.2. Capítulos em livros publicados com ISBN: cópia da capa do livro, da ficha catalográfica, contendo as informações essenciais para identificação da obra, incluindo número ISBN, e do capítulo publicado.

15.3.3.2.1. Para fins de pontuação dos itens 15.3.3.1 e 15.3.3.2, serão considerados os livros publicados em meio virtual (e-books), sendo a definição de livro a estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na NBR6029, a saber: publicação não periódica, que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas e que é objeto de ISBN.

15.3.3.3. Trabalhos publicados em periódico especializado: cópia da capa do periódico, caso haja, e a íntegra do trabalho, incluindo número do ISSN e/ou DOI.

15.3.3.4. Patente:

a) protocolo no INPI: número de protocolo do INPI e comprovante de chancela emitida por Núcleos de Inovação Tecnológica de instituições públicas, comprovando o ineditismo da patente. Caso a patente seja resultado de projeto de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico ou artístico aprovado pelos órgãos competentes da UFRN ou que a criação ou produção sejam desenvolvidas utilizando recursos, meios, informações ou equipamentos da UFRN, será necessário apresentar o parecer do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT/UFRN;

b) pedido de exame: Certidão de Andamento de Pedido/Patente expedida pela Diretoria de Patentes do INPI, informando a atual situação do processo;

c) Patente Nacional: considera-se patente nacional aquela depositada em um único país. Atestada através de número de protocolo e situação do pedido no INPI ou em órgão de outro país equivalente ao INPI e documento emitido por um Núcleo de Inovação Tecnológica de instituições públicas comprovando o ineditismo, atividade inventiva, suficiência descritiva e aplicação industrial da patente. Caso a patente seja resultado de projeto de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico ou artístico aprovado pelos órgãos competentes da UFRN ou que a criação ou produção sejam desenvolvidas utilizando recursos, meios, informações ou equipamentos da UFRN, será necessário apresentar o parecer do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT/UFRN;

d) patente internacional: considera-se patente internacional aquela depositada em mais de um país. Atestada através de número de protocolo e situação do pedido no INPI ou em órgão de outro país equivalente ao INPI ou diretamente na Organização Mundial de Propriedade Intelectual, bem como comprovante de depósito internacional via PCT (Tratado de Cooperação de Patentes) ou CUT (Convenção da União de Paris) e documento emitido por um Núcleo de Inovação Tecnológica de instituições públicas comprovando o ineditismo, atividade inventiva, suficiência descritiva e aplicação industrial da patente. Caso a patente seja resultado de projeto de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico ou artístico aprovado pelos órgãos competentes da UFRN ou que a criação ou produção sejam desenvolvidas utilizando recursos, meios, informações ou equipamentos da UFRN, será necessário apresentar o parecer do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT/UFRN.

15.3.3.5. Produto técnico-científico ou cultural premiado por entidade de reconhecido prestígio: título de premiação.

15.3.3.6. Editor de periódico científico: ficha catalográfica e contracapa dos periódicos contendo o conselho editorial ou declaração emitida pelo responsável do periódico.

15.3.3.7. Trabalhos/Resumos publicados (na íntegra) em anais de congressos ou similares: cópias dos anais.

15.3.3.8. Orientação de bolsa de iniciação científica ou de extensão concluída: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.3.9. Participação em projetos concluídos de pesquisa científica, tecnológica e inovação com duração mínima de 01 (um) ano: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.3.10. Participação em programas, projetos concluídos e outras ações de extensão com duração mínima de 01 (um) ano: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.3.11. Participação em curso de extensão: declaração ou certidão expedida pela instituição de ensino.

15.3.3.12. Participação em Comissão organizadora de evento nacional/internacional/local/regional: declaração, certidão ou documento expedido pela instituição promotora do evento.

15.3.3.13. Produção de obras artísticas publicadas ou participantes em amostras/eventos oficiais: comprovantes de publicação e/ou participação na amostra/evento.

15.3.3.14. Somente serão consideradas para pontuação no Grupo III as atividades publicadas ou registradas nos últimos 10 (dez) anos, contados até a publicação do Edital em Diário Oficial da União.

15.3.4. Para o Grupo IV (Mérito Profissional e Atividades Administrativas):

15.3.4.1. Participação como membro titular em comitê permanente da CAPES, CNPq ou similares: Portaria de designação ou declaração expedida pelo órgão.

15.3.4.2. Participação em Banca Examinadora de Concurso Público: Portaria de designação ou declaração expedida pelo órgão/entidade organizadora do certame.

15.3.4.3. Participação em Comissão Examinadora de Tese de Doutorado, Dissertação de Mestrado, Trabalho Final ou Monografia de curso de Graduação: Portaria de designação ou declaração expedida pela instituição de ensino.

15.3.4.4. Exercícios de cargos administrativos: Portaria de designação ou declaração expedida pelo órgão.

15.3.4.5. Participação em Colegiados Superiores e Comissões ou Comitês Permanentes Institucionais: Portaria de designação ou declaração expedida pelo órgão.

15.3.4.6. Exercícios de cargos em Instituições científicas ou profissionais: Portaria de nomeação ou de designação ou declaração expedida pelo órgão.

15.3.4.7. Atividades de caráter profissional, remunerada ou voluntária, em instituições privadas, relacionadas com a área de conhecimento: cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contendo as páginas de identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a função exercida e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa. Em se tratando de atividade voluntária, será aceita declaração emitida pela instituição privada, contendo a espécie de serviço realizado e a descrição de atividades desenvolvidas.

15.3.4.8. Atividades de caráter profissional, remunerada ou voluntária, em instituições públicas ou do terceiro setor ou preceptorias de residência em saúde, relacionadas com a área de conhecimento: declaração/certidão de tempo de serviço, emitida pelo setor de recursos humanos da instituição, atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie de serviço realizado e a descrição de atividades desenvolvidas. Caso o exercício da atividade tenha sido prestado por meio de contrato de trabalho, será necessária uma cópia do contrato de prestação de serviço entre as partes e uma declaração do contratante, informando o período (com início e fim, se for o caso), atestando a escolaridade do cargo/emprego/função, a espécie do serviço e a descrição das atividades, caso não constem do contrato de trabalho. Em se tratando de atividade voluntária, será aceita certidão emitida pela instituição, contendo a espécie de serviço realizado e a descrição de atividades desenvolvidas.

15.3.4.9. Título honorífico concedido por sociedade ou colégio de especialistas devidamente credenciados: cópia do título.

15.3.4.10. Prêmio de mérito profissional ou acadêmico: comprovante da premiação.

15.3.4.11. A Comissão Examinadora atribuirá nota 10 (dez) à prova de títulos do candidato que obtiver o maior número de pontos, atribuindo notas aos demais candidatos diretamente proporcionais à da melhor prova.

15.3.4.12. O resultado da prova de Títulos e Produção Intelectual será divulgado no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada.

15.3.4.13. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada, os quais também serão divulgados via internet, no sítio www.progesp.ufrn.br (Menu Concursos).

15.3.4.14. Os prazos recursais serão computados a partir da divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada e não da divulgação no site da PROGESP (www.progesp.ufrn.br).

16. DA NOTA FINAL CLASSIFICATÓRIA

16.1. A CE atribuirá a cada candidato uma nota final classificatória (NFC), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NFC = 0,4 \cdot PE + 0,3 \cdot PD + 0,2 \cdot MPAP + 0,1 \cdot PT$$

Em que: PE corresponde à nota final obtida na prova escrita; PD, à nota final da prova didática; MPAP, à nota final da avaliação de memorial; e PT, à nota final da prova de títulos.

16.2. No cálculo da NFC, o resultado será apresentado até a segunda casa decimal, arredondando-a para mais quando o dígito subsequente for igual ou superior a 05 (cinco).

16.3. Os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente de NFC.

16.4. Os candidatos não classificados dentro do número máximo de aprovados, conforme art. 16 e Anexo II, ambos do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

16.5. Em caso de empate, o critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

16.5.1. Persistindo o empate, o desempate será efetuado a partir dos seguintes critérios de ordem sucessiva:

- a) maior nota na prova escrita;
- b) maior nota da prova de didática;
- c) maior nota da prova de MPAP;

d) tenha exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições, conforme estabelece o art. 440 do Código de Processo Penal Brasileiro.

16.5.2. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado, em conformidade com o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

16.6. A Nota Final Classificatória será afixada no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada, como também será divulgada via internet, nas páginas eletrônicas da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

16.7. Os prazos recursais serão computados a partir da divulgação no quadro de avisos da Unidade Acadêmica Especializada e não da divulgação nas páginas eletrônicas da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

16.8. A UFRN homologará e publicará no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados no certame, classificados até o limite máximo das posições especificadas no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação, e respeitada a reserva de vagas para os candidatos portadores de deficiência e dos que se declararam negros na forma da Lei nº 12.990/2014.

16.9. Caso não haja candidato aprovado com deficiência ou amparado pela Lei nº 12.990/2014 até a classificação estipulada no item acima, serão contemplados os candidatos da listagem geral em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação e o limite de candidatos definidos pelo Decreto nº 6.944/2009.

17. DOS REQUERIMENTOS

17.1. Durante a realização das provas até a divulgação da ata de apuração da nota final classificatória pela CE, a qualquer momento, o candidato poderá se dirigir à Coordenadoria de Concursos ou à secretaria da Unidade Acadêmica Especializada, no horário de funcionamento, por meio de requerimento devidamente fundamentado, para fins de esclarecimentos ou registros de fatos que apontem o descumprimento deste Edital e da Resolução nº 167/2017-CONSEPE, de 31 de outubro de 2017, o qual será analisado pela Coordenadoria de Concursos, ouvida a Comissão Examinadora.

17.1.1. A Comissão Examinadora deverá se manifestar acerca do requerimento até a conclusão dos seus trabalhos, sendo a sua resposta remetida ao candidato.

17.2. O candidato também poderá requerer vista de suas provas e fichas de avaliação, bem como solicitar a produção de cópias desse material, diretamente na secretaria da Unidade Acadêmica onde estejam sendo realizadas as provas, sendo a documentação disponibilizada no prazo máximo de 24h.

17.3. O candidato também poderá requerer cópia da gravação das provas orais (didática e MPAP), diretamente na secretaria da Unidade Acadêmica onde estejam sendo realizadas as provas ou na Coordenadoria de Concursos, sendo o material disponibilizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

17.2.1. O candidato deve retirar as cópias no horário de funcionamento da Unidade Acadêmica Especializada, mediante a apresentação de documento de identificação com foto.

18. DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

18.1. O candidato poderá interpor pedido de reconsideração:

- a) do resultado dos gabaritos oficiais preliminares da prova escrita;
- b) do resultado das notas conferidas nas provas escrita, didática, memorial e projeto de atuação profissional e de títulos e produção intelectual;
- c) do resultado final do concurso homologado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e publicado no Diário Oficial da União.

18.2. Os pedidos de reconsideração especificados nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.1 deverão ser dirigidos à Comissão Examinadora e protocolados na secretaria da Unidade Acadêmica Especializada onde esteja sendo realizado o concurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da divulgação do resultado no quadro de avisos da Unidade.

18.2.1. Caberá à Comissão Examinadora responder aos pedidos de reconsideração especificados nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.1. no prazo de 05 (cinco) dias, salvo motivo de força maior, podendo ser dilatada até o dobro, mediante comprovada justificação.

18.3. O pedido de reconsideração especificado na alínea “c” do subitem 18.1. deverá ser dirigido ao Plenário do CONSEPE e protocolado na Coordenadoria de Concursos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação.

18.4. O candidato que não atingir a pontuação mínima de aprovação em qualquer etapa da seleção e que tenha protocolado pedido de reconsideração no prazo estabelecido no item 18.2 ficará habilitado a participar da etapa de avaliação seguinte até o pronunciamento definitivo da Comissão Examinadora que deverá ser anterior à divulgação desta etapa.

18.5. Caso o pedido de reconsideração seja indeferido, a participação na etapa seguinte será desconsiderada para todos os efeitos, considerando o candidato reprovado.

18.6. O deferimento ou indeferimento do pedido de reconsideração deverá ser motivado pela Comissão Examinadora de forma explícita, clara e consistente com a indicação dos fatos e dos fundamentos da decisão. A motivação das decisões do CONSEPE constará da respectiva ata de reunião.

18.7. Não será aceito pedido de reconsideração via postal, via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

18.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão do pedido de reconsideração já apreciados pela Comissão Examinadora.

18.9. O candidato terá direito de requerer cópia das decisões a respeito dos pedidos de reconsideração porventura protocolados por ele.

18.9.1. O requerimento previsto no item 18.9 deverá ser feito diretamente na Secretaria da Unidade Acadêmica Especializada ao qual se vincula a vaga disponibilizada em Edital.

18.9.2. A reprodução das cópias será disponibilizada no prazo de até 24h, devendo o candidato retirá-la no horário de funcionamento da Unidade Acadêmica Especializada, mediante a apresentação de documento de identificação com foto.

18.10. Caso o término do prazo recursal ocorra em sábado, domingo ou feriado, ficará postergado para o próximo dia útil.

19. DO RESULTADO

19.1. Após a homologação no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, os resultados finais do concurso serão publicados no Diário Oficial da União e divulgados nas páginas eletrônicas da PROGESP (www.progesp.ufrn.br) e SIGRH (www.sigrh.ufrn.br).

19.2. O candidato poderá ter vistas do processo de homologação do concurso, sendo vedado o fornecimento de cópias ou gravações das provas e fichas de avaliação dos demais concorrentes.

20. DOS RECURSOS

20.1. Da homologação final do concurso pelo CONSEPE caberá recurso ao Conselho Universitário – CONSUNI no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação no Diário Oficial da União.

20.2. Somente caberá a interposição de recurso ao CONSUNI quando a decisão homologada pelo CONSEPE não for unânime.

20.3. O recurso deverá ser encaminhado ao plenário do CONSUNI e protocolado na Secretaria dos Colegiados.

21. DA INVESTIDURA NO CARGO

21.1. Documentos necessários para a investidura no cargo:

a) cópia do diploma ou certidão de conclusão de Graduação e/ou Pós-Graduação, conforme exigências contidas no Anexo I deste Edital. Os diplomas obtidos em instituições de ensino superior estrangeiras deverão estar revalidados/reconhecidos por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação e devidamente traduzidos por tradutor juramentado;

b) prova de quitação com as obrigações eleitorais, para brasileiros;

c) prova de quitação com o serviço militar, para brasileiros, se do sexo masculino;

d) prova de situação regular no país, para estrangeiros;

e) exames médicos de caráter pré-admissional informados por ocasião da nomeação.

21.2. Na ocorrência de dúvidas quanto ao atendimento de requisitos de titulação, a Diretoria de Administração de Pessoal colherá parecer de Comissão Especial, designada pela Magnífica Reitora da UFRN e composta por, no mínimo, 03 (três) professores da área, detentores de titulação igual ou superior àquela objeto do concurso.

21.2.1. A supracitada Comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias para emitir parecer e encaminhá-lo à Diretoria de Administração de Pessoal.

21.3. A posse nos cargos fica condicionada ao atendimento das condições constitucionais e legais, bem como à aprovação em inspeção médica a ser realizada pela Perícia Oficial em Saúde da UFRN/SIASS ou de outro órgão público federal, momento em que deverão ser apresentados pelo candidato os exames e documentos abaixo relacionados:

a) tipo sanguíneo + Fator RH;

b) FTA-ABS (IGM);

c) glicemia em jejum;

d) atestado médico de sanidade mental (emitido por um Psiquiatra);

e) exame oftalmológico completo (acuidade visual / fundoscopia / tonometria / biomicroscopia / campimetria);

f) hemograma completo c/ contagem de plaquetas, colesterol total e triglicérides;

g) dosagem de TGO e TGP; GAMA GT; Ureia e creatinina sanguínea;

h) sumário de urina.

21.4. A posse dos candidatos, perante a Diretoria de Administração de Pessoal da UFRN, será condicionada à apresentação dos documentos abaixo relacionados:

a) laudo médico, emitido pela Perícia Oficial em Saúde da UFRN/SIASS ou de outro órgão público federal, atestando aptidão física e mental do candidato, conforme item 21.3;

b) uma foto 3x4 (recente);

c) carteira de identidade (cópia e original);

d) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF (cópia e original);

- e) título de eleitor (cópia e original) e certidão de quitação eleitoral;
- f) certificado de reservista, quando do sexo masculino (cópia e original);
- g) certificado de escolaridade devidamente registrado no órgão competente (cópia e original);
- h) certidão de nascimento ou casamento (cópia e original), e se for o caso, certidão de nascimento dos dependentes (cópia e original);
- i) cartão de inscrição PIS/PASEP, caso tenha (cópia e original);
- j) registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso (cópia e original);
- k) declaração de bens e valores (a ser preenchida na Diretoria de Administração de Pessoal - DAP);
- l) declaração de acumulação de cargos (a ser preenchida no DAP);
- m) comprovação dos pré-requisitos exigidos no Edital de Abertura de Inscrições.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Somente prestará concurso o candidato cuja inscrição tenha sido deferida pela Coordenadoria de Concursos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e/ou outras instâncias próprias.

22.2. Incorporar-se-ão ao presente Edital, para todos os efeitos, o programa, a relação de temas da prova didática, a expectativa de atuação profissional, o resultado da homologação das inscrições, a composição da Comissão Examinadora e o cronograma do concurso, todos a serem divulgados no sítio www.progesp.ufrn.br e www.sigrh.ufrn.br através de Notas Informativas.

22.3. Os candidatos aprovados no concurso público regido por este Edital poderão ser aproveitados por outros órgãos da administração pública federal, respeitados os interesses da UFRN e a ordem de classificação.

22.4. Será facultado ao candidato aprovado no concurso a possibilidade de, mediante requerimento (Anexo XXV da Resolução nº 167/2017-CONSEPE), renunciar à sua classificação original, de modo a ser posicionado em último lugar na lista de classificados e, então, aguardar nomeação, que poderá ou não vir a efetivar-se durante o período de vigência do certame, desde que o pedido seja realizado antes da publicação do ato de nomeação em Diário Oficial da União.

22.5. Ao servidor público é proibido atuar como procurador junto a repartições públicas, conforme o disposto no item XI do Artigo 117, da Lei nº 8.112/90.

22.6. Os candidatos aprovados neste certame ficam, desde já, cientes das seguintes disposições:

- a) a participação no Programa de Atualização Pedagógica – PAP é obrigatória;
- b) somente será permitida a redistribuição para outra instituição de ensino depois de cumprido o período do estágio probatório

22.7. O prazo de validade do concurso público será de um ano, prorrogável uma vez, por igual período, conforme Capítulo VII, seção 1, art. 37-III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

22.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público no Diário Oficial da União e nos sítios www.sigrh.ufrn.br e www.progesp.ufrn.br.

22.9. O candidato deverá manter atualizado o seu endereço na Coordenadoria de Concursos, enquanto estiver participando do concurso e caso seja aprovado.

22.9.1. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Anexo I - Quadro de Vagas

Unidade de Lotação	Disciplina/Área de Conhecimento (***)	Classe-Nível/RT	Vagas (Ampla Concorrência)	Vagas – Cotas (Lei nº 12.990/2014)	Vagas – Candidatos com Deficiências	Total de Vagas	Titulação / Requisitos
Escola de Música – Campus de Natal/RN	Sonorização e Gravação	DI, 1 / Dedicção Exclusiva	01	(*)	(**)	01	Graduação (qualquer área)
	Teoria da música e educação à distância - EAD	DI, 1 / Dedicção Exclusiva	01	(*)	(**)	01	Graduação em Música
	Saxofone	DI, 1 / Dedicção Exclusiva	01	(*)	(**)	01	Graduação em Música
	Flauta Doce e Música de Câmara	DI, 1 / Dedicção Exclusiva	01	(*)	(**)	01	Graduação em Música
Núcleo de Educação da Infância – Campus de Natal/RN	Educação Física para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	DI, 1 / Dedicção Exclusiva	01	(*)	(**)	01	Licenciatura em Educação Física
Instituto Metrópol e Digital – Campus de Natal/RN	Inteligência Computacional	DI, 1 / Dedicção Exclusiva	01	(*)	(**)	01	Graduação nas áreas de Ciências Exatas ou Tecnológicas.

(*) Não haverá reserva de vagas para cotas para provimento imediato em razão do quantitativo oferecido, sendo mantido cadastro de reserva.

(**) Não haverá reserva de vagas para provimento imediato em razão do quantitativo oferecido, sendo mantido cadastro de reserva.

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 41
---------------------------	--------	------------	---------

(***) As áreas do conhecimento correlatas às definidas em edital deverão obedecer às áreas e subáreas do conhecimento do CNPq ou da CAPES vigentes na data da publicação do edital do concurso.

Anexo II – Da Cláusula de Barreira

Unidade de Lotação	Disciplina/Área Conhecimento (***)	Quantitativo Máximo de Candidatos Habilitados para a Realização da Prova Didática (Cláusula de Barreira) – Itens 12.12 E 12.12.1 Do Edital (*)
Escola de Música – Campus de Natal/RN	Sonorização e Gravação	04
	Teoria da música e educação à distância - EAD	06
	Saxofone	06
	Flauta Doce e Música de Câmara	09
Núcleo de Educação da Infância – Campus de Natal/RN	Educação Física para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	N/A (**)
Instituto Metrópole Digital – Campus de Natal/RN	Inteligência Computacional	N/A (**)

(*) O quantitativo somente poderá ser aumentado em caso de ocorrer empate na nota da última colocação.

(**) Não se aplica

Anexo III – Cronograma Resumido

Eventos	Período
Período de impugnação do edital por qualquer interessado	10 dias após a publicação em DOU
Inscrições	23/04/2018 a 22/05/2018
Anexação do laudo médico pelos candidatos com deficiência que necessitem de tempo adicional na prova escrita ou para os candidatos que requererem condições especiais (deficientes e lactantes)	23/04/2018 a 22/05/2018
Pagamento da taxa de inscrição	23/04/2018 a 25/05/2018
Isenção da taxa de inscrição	23/04/2018 a 17/05/2018
Divulgação das inscrições isentas (previsão)	18/05/2018
Divulgação da relação preliminar de inscritos (ampla concorrência, deficientes e negros)	30/05/2018
Prazo de recurso para os candidatos que se declararam erroneamente na condição de negros	01/06/2018 a 04/06/2018
Prazo de recurso para o candidato que não teve o pagamento do boleto/GRU identificado	01/06/2018 a 05/06/2018
Divulgação da relação definitiva de inscritos	08/06/2018
Prazo para que os candidatos com inscrições deferidas anexem eletronicamente o currículo, o MPAP e documento de identificação com foto	18/06/2018 a 13/07/2018
Divulgação da relação de candidatos que anexaram eletronicamente a documentação na área do candidato (inscrição definitiva confirmatória)	17/07/2018
Divulgação das Comissões Examinadora e respectivos Calendários	A partir de 13/08/2018

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 42
Prazo de impugnação dos membros da Comissão Examinadora		3 dias úteis a partir da divulgação	
Período de aplicação das provas		16/09/2018 a 21/10/2018	

Resolução nº025/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Aprova solicitação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP, quanto à exclusão do art. 2o, da Resolução no 021/2018-CONSEPE, de 19 de março de 2018, que aprova inclusão de um §3o no art. 30, bem como a alteração do Anexo IX, itens 2.17 e 2.18 do Grupo 2, da Resolução no 214/2014-CONSEPE, de 13 de novembro de 2014, que aprova as normas para concurso público de provas e títulos para o ingresso no Cargo Isolado Titular-Livre do Magistério Superior.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 17, inciso IV, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a Resolução no 214/2014-CONSEPE, de 13 de novembro de 2014, publicada no Boletim de Serviço no 215/2014, de 19 de novembro de 2014;

CONSIDERANDO a Resolução no 021/2018-CONSEPE, de 19 de março de 2018, publicada no Boletim de Serviço no 056/2018, de 23 de março de 2018;

CONSIDERANDO que para a atual Resolução no 214/2014-CONSEPE, de 13 de novembro de 2014, a redação dada no art. 2o da Resolução no 021/2018-CONSEPE, de 19 de março de 2018, não teria aplicação prática, pois a entrega do currículo com a documentação comprobatória ainda está nos moldes antigos, ou seja, é entregue pessoalmente pelo candidato no momento do sorteio da ordem de apresentação, consoante art. 22, § 2o da referida norma, e não de forma eletrônica;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.005703/2018-73,

R E S O L V E

Art. 1o Aprovar solicitação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP, quanto à exclusão do art. 2o, da Resolução no 021/2018-CONSEPE, de 19 de março de 2018, que aprova inclusão de um §3o no art. 30, bem como a alteração do Anexo IX, itens 2.17 e 2.18 do Grupo 2, da Resolução no 214/2014-CONSEPE, de 13 de novembro de 2014, que aprova as normas para concurso público de provas e títulos para o ingresso no Cargo Isolado Titular-Livre do Magistério Superior, de forma que:

Onde se lê:

Art. 2o Determinar a abertura de prazo adicional para que os candidatos inscritos possam proceder as inserções ou substituições que acharem pertinentes, referentes aos itens alterados, tendo em vista as alterações referendadas pelo CONSEPE.

Leia-se:

~~Art. 2o Determinar a abertura de prazo adicional para que os candidatos inscritos possam proceder as inserções ou substituições que acharem pertinentes, referentes aos itens alterados, tendo em vista as alterações referendadas pelo CONSEPE.~~

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº026/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Aprova alteração na nomenclatura do Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, Modalidade Bacharelado, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, criado pela Resolução no 080/2008-CONSEPE, de 27 de maio de 2008.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico no 17/2014/CGSSS, de 16 de outubro de 2014;

CONSIDERANDO a decisão da Plenária do Colegiado do Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, Modalidade Bacharelado, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, em reunião ordinária realizada no dia 06 de maio de 2015;

CONSIDERANDO a decisão da Plenária do Departamento de Saúde Coletiva – DSC, do Centro de Ciências da Saúde – CCS, em reunião ordinária realizada no dia 22 de maio de 2015;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho de Centro – CONSEC, do Centro de Ciências da Saúde – CCS, em reunião ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução no 080/2008-CONSEPE, de 27 de maio de 2008, publicada no Boletim de Serviço no 061/2008, de 10 de junho de 2008;

CONSIDERANDO a Resolução no 266/2018-CG, da Câmara de Graduação – CG, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, de 27 de março de 2018;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.049632/2015-78,

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar a alteração na nomenclatura do Curso de Graduação em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, Modalidade Bacharelado, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, criado pela Resolução no 080/2008-CONSEPE, de 27 de maio de 2008, que passa a denominar-se Curso de Graduação de Saúde Coletiva, Modalidade Bacharelado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº027/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Saúde Coletiva, Modalidade Bacharelado, (anteriormente denominado de Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, conforme Resolução no 026/2018-CONSEPE, de 03 de abril de 2018), vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a decisão da Plenária do Colegiado do Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, Modalidade Bacharelado, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, em reunião ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO a decisão ad referendum do Conselho de Centro – CONSEC, da Direção do Centro de Ciências da Saúde – CCS, de 09 de março de 2018;

CONSIDERANDO o parecer da Diretoria de Desenvolvimento Pedagógico, da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, de 22 de março de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução no 876/2017-CG, da Câmara de Graduação – CG, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, de 22 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO a Resolução no 265/2018-CG, da Câmara de Graduação – CG, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, de 27 de março de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução no 026/2018-CONSEPE, de 03 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.013397/2018-49,

R E S O L V E

Art. 1o Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Saúde Coletiva, Modalidade Bacharelado (anteriormente denominado de Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, conforme Resolução no 026/2018-CONSEPE, de 03 de abril de 2018), vinculado ao Centro de Ciências da Saúde – CCS, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº028/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Aprova remoção de docente.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso IV, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a decisão da plenária do Departamento de Física – DFTE, do Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET, em reunião ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a decisão do Colegiado Gestor da Escola de Ciências e Tecnologia – COLECT, em reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução no 177/2017-CONSEPE, de 07 de novembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço no 210/2017, de 08 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o despacho da Vice-Presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI, de 21 de março de 2018;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.004692/2018-12,

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar a remoção do servidor ALEXANDRE BARBOSA DE OLIVEIRA, Professor do Magistério Superior, Classe Associado D, Matrícula no 1509949, da Escola de Ciências e Tecnologia – EC&T, para o Departamento de Física – DFTE, do Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET.

Parágrafo único. A remoção citada no caput deste artigo ficará condicionada ao repasse de 01 (um) código de vaga do DFTE/CCET, para a EC&T.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº 029/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Aprova remoção de docente.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso IV, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO a decisão da plenária do Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas – DCAC, do Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET, em reunião ordinária realizada no dia 05 de março de 2018;

CONSIDERANDO a decisão do Colegiado Gestor da Escola de Ciências e Tecnologia – COLECT, em reunião ordinária realizada no dia 07 de março de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução no 028/2018-CONSEPE, de 03 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o despacho da Vice-Presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI, de 21 de março de 2018;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.008010/2018-32,

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 46
---------------------------	--------	------------	---------

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar a remoção do servidor JOSÉ HENRIQUE FERNANDEZ, Professor do Magistério Superior, Classe Adjunto C, Matrícula no 1808127, do Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas – DCAC/CCET, para a Escola de Ciências e Tecnologia – EC&T.

Parágrafo único. A remoção citada no caput deste artigo ficará condicionada ao repasse de 01 (um) código de vaga da EC&T, para o DCAC/CCET.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº030/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Nega pedido de redistribuição de docente.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso IX, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o parecer da Comissão de Avaliação de Redistribuição, instituída pela Portaria no 196/2017-CT, de 10 de novembro de 2017, publicada no Boletim de Serviço no 215/2017, de 16 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o parecer da Vice-Presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional – CPDI, de 07 de março de 2018;

CONSIDERANDO a Resolução no 153/2015-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015, publicada no Boletim de Serviço no 204/2015, de 03 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o previsto no Art. 37 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO as Portarias no 57/2000 e no 79/2002, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23118.069079/2017-51,

R E S O L V E

Art. 1º Negar pedido de redistribuição do cargo de Professor do Magistério Superior ocupado pelo servidor HUMBERTO DIONÍSIO DE ANDRADE, Matrícula SIAPE no 1721067, Professor Adjunto, Classe C, lotado no Centro de Engenharias – CE, da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, para o Departamento de Engenharia Elétrica – DEE, do Centro de Tecnologia – CT, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Parágrafo único. A negativa citada no caput deste artigo, se refere ao não cumprimento, por parte do interessado, ao disposto no parágrafo único, do art.10, da Resolução no 153/2015-CONSEPE, de 27 de outubro de 2015, que aprova os procedimentos para Redistribuição de Pessoal Docente da Carreira do Magistério Superior e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Resolução nº031/18-CONSEPE, de 03 de Abril de 2018.

Emite parecer favorável ao projeto de criação do Núcleo de Redes Avançadas, Unidade Suplementar, vinculada a Reitoria.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso VII, do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o Memorando no 42/2017-POP-RN, de 27 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o que consta no processo no 23077.083355/2017-94,

RESOLVE:

Art. 1º Emitir parecer favorável ao projeto de criação do Núcleo de Redes Avançadas, Unidade Suplementar, vinculada a Reitoria.

Art. 2º Propor ao Conselho de Administração - CONSAD, nos termos do Art. 19, Inciso VI, do Estatuto da UFRN, a emissão de parecer sobre a criação do referido Departamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Gabinete da Reitora - GR
Portaria n.º 415/18-R, de 14 de Março de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, considerando o disposto na Resolução n.º 197/2013 – CONSEPE,

R E S O L V E

Art. 1º Designar os servidores GISELE AMARAL DOS SANTOS, Professora Associada, matrícula n.º 1047700; ALÍPIO DE SOUSA FILHO, Professor Titular, matrícula n.º 423522; e BRUNO RAFAELO LOPES VAZ, Professor Adjunto, matrícula n.º 1883189; para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão com a finalidade de analisar, avaliar e emitir parecer sobre a equivalência de título de pós-graduação, obtido em instituições estrangeiras, de MICHELA BORDIGNON, conforme processo n.º 23077.007651/2018-70.

Art. 2º Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da comissão designada no art. 1º.

Art. 3º Publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 48
---------------------------	--------	------------	---------

PORTARIA N.º 548/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, considerando aprovação no Fórum das Licenciaturas do dia 02.04.2018,

R E S O L V E

Art. 1º Designar os membros abaixo nominados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão para elaborar a proposta institucional para Residência Pedagógica em resposta ao Edital CAPES n.º 06/2018 – Programa de Residência Pedagógica.

Presidência – Coordenação das Disciplinas Pedagógicas das Licenciaturas

Titular: ADRIANE CENCI, Professora Adjunta, matrícula n.º 1296000;

Suplente: VÂNIA APARECIDA COSTA, Professora Adjunta, matrícula n.º 2319774.

Centro de Educação

Titular: MARIA CRISTINA LEANDRO DE PAIVA, Professora Associada, matrícula n.º 2453560;

Suplente: PABLO SEBASTIAN MOREIRA FERNANDEZ, Professor Adjunto, matrícula n.º 1810361.

Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES

Titular: JEANE MEDEIROS SILVA, Professora Adjunta, matrícula n.º 2085238;

Suplente: SEBASTIÃO AUGUSTO RABELO, Professor Adjunto, matrícula n.º 1914095.

Licenciaturas

Titular: JULIANA TEIXEIRA SOUZA, Professora Adjunta, matrícula n.º 1788270;

Suplente: MÁRCIA GORETTE LIMA DA SILVA, Professora Associada, matrícula n.º 3321606.

Pró-Reitoria de Graduação

Titular: ELDA SILVA DO NASCIMENTO MELO, Professora Adjunta, matrícula n.º 3465197;

Suplente: ERIKA DOS REIS GUSMÃO ANDRADE, Professora Associada, matrícula n.º 4197701.

Art. 2º Publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Portaria n.º 549/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições inerentes ao cargo e da delegação de competência que lhe concede a Portaria MEC n.º 404, de 23.04.2009,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento do país de LEONARDO MARTINS, matrícula n.º 1497348, Professor Associado do Departamento de Direito Público – CCSA, para participar de Oficina de Ciências Jurídicas, na cidade de Bona, na Alemanha, no período de 10.04.2018 a 15.04.2018, inclusive trânsito, com ônus limitado, conforme processo n.º 23077.014001/2018-81.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Portaria n.º 550/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, do Estatuto da UFRN, e considerando o que consta do processo n.º 23077.019080/2018-16,

R E S O L V E

Exonerar, a pedido, a contar de 27 de fevereiro de 2018, RUTHINEIA DIÓGENES ALVES UCHÔA LINS, matrícula n.º 1958729, Professor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Universidade, da função de Vice-Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Centro de Ciências da Saúde.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Portaria n.º 551/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 23, do Estatuto da UFRN;

CONSIDERANDO que o parecer do ex – DASP no processo n.º 8.702/64 D.O.U. de 06 de janeiro de 1965, reza: “que o pagamento de vantagens só poderá ser feito com fundamento em dispositivo legal e, assim, não estando a espécie prevista em lei, não há como se admitir o (a) interessado (a) direito à gratificação”, e considerando, ainda, o que consta do processo n.º 23077.018705/2018-22,

R E S O L V E

1. Designar NATHALIA COSTA VIANA NEVES DE MIRANDA, matrícula n.º 1902568, Assistente em Administração, do Quadro de Pessoal da Universidade, para exercer a função de Secretário Administrativo, da Coordenação do Curso de Nutrição, do Centro de Ciências da Saúde.

2. Esclarecer à Direção de Administração de Pessoal desta Universidade que o(a) servidor(a) mencionado(a) no item 1 fará jus somente à remuneração e vantagens que atualmente percebe na condição de Assistente em Administração, nenhum outro benefício pecuniário podendo ser-lhe deferido pelo exercício dos encargos que são atribuídos com esta portaria.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Portaria n.º 552/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 23, do Estatuto da UFRN, e considerando, ainda, o que consta do processo n.º 23077.018300/2018-94,

R E S O L V E

Designar ISABELE FURTADO DE ASSIS, matrícula nº 1925976, Assistente em Administração, do Quadro de Pessoal da Universidade, para responder pela função de Secretário Administrativo, FG-03, do Centro de Biociências, no período de 02 a 11 de abril de 2018, por motivo de férias do titular.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Portaria n.º 553/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 23, do Estatuto da UFRN, e considerando, ainda, o que consta do processo n.º 23077.018760/2018-12,

R E S O L V E

Designar ANA CAROLINA SÁ LEITÃO DE ARAÚJO, matrícula nº 1030004, Assistente em Administração, do Quadro de Pessoal da Universidade, para responder pelo cargo de Assessor Técnico, CD-04, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no período de 02 a 16 de abril de 2018, por motivo de férias do titular.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Portaria n.º 554/18-R, de 05 de Abril de 2018.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o artigo 23, do Estatuto da UFRN, e considerando, ainda, o que consta do processo n.º 23077.019117/2018-14,

R E S O L V E

Designar FERNANDA CRYSTYNNY DOS SANTOS PEREIRA, matrícula nº 1953728, Auxiliar em Administração, do Quadro de Pessoal da Universidade, para responder pela função de Coordenador de Planejamento de Gestão de Pessoas, FG-04, da Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no período de 26 de março a 26 de julho de 2018, por motivo de afastamento para mestrado do titular.

(a) Ângela Maria Paiva Cruz - Reitora

Pró-Reitorias - PR
Pró-Reitoria de Administração - PROAD
Portaria nº 031/18-PROAD, de 05 de Abril de 2018.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.023/2015-R, de 01.06.2015 e em observância ao disposto no Artigo 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E

1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Apoio e Planejamento aos processos licitatórios para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, com o objetivo de emitir pareceres, pelo período de 12(doze) meses.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	CPF
2748514	Jânio Cesar da Silva	Engenheiro de Segurança do Trabalho	PROGESP / Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor	060.519.584-60
1960965	Pedro Henrique Fernandes Soares Costa	Técnico em Segurança do Trabalho	PROGESP / Diretoria de Atenção a Saúde do Servidor	055.334.154-59

2º - Fazer publicar esta Portaria em Boletim de Serviço da UFRN.

(a) Anailson Márcio Gomes - Pró-Reitor

Portaria nº 029/18 – PROAD, de 04 de Abril de 2018.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pelo art. 22 do estatuto desta Universidade, e da Portaria de nº 1074/2015-R, de 10.06.2015, e em observância ao disposto no Artigo 37 da Constituição Federal;

R E S O L V E

Designar os servidores abaixo relacionados, como responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 61/2014-UFRN, celebrado com a Empresa BIANCA PIMENTEL DE PAULA, que tem como objeto cessão de uso de bem público: cchla – setor II, bczm, dartes, esc. Música, ccet – física e outras áreas próximas.

Unidade	Servidor	Tipo Fiscal	Matrícula	Função
EMUFRN	Daniel Jasson Nogueira De Oliveira Silva	Titular	2072407	Assistente em Administração

(a) Anailson Márcio Gomes - Pró-Reitor

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGESP
Portaria nº 230/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Promoção da Classe C - Adjunto Nível 004 para a Classe D - Associado Nível 001 a MARCIO RENATO PINHEIRO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1721904, lotado(a) no(a) DELETRAS/CERES, com vigência a partir de 01/01/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 231/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe D - Associado Nível 003 para a Classe D - Associado Nível 004 a AVELINO MANUEL DA SILVA DIAS, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 434906, lotado(a) no(a) MEC/CT, com vigência a partir de 07/04/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 232/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe D - Associado Nível 003 para a Classe D - Associado Nível 004 a JOSE BRAZ DINIZ FILHO, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 2149478, lotado(a) no(a) GEO/CCET, com vigência a partir de 16/06/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 233/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe D - Associado Nível 003 para a Classe D - Associado Nível 004 a MARIA LUCIA BASTOS ALVES, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1117908, lotado(a) no(a) CISO/CCHLA, com vigência a partir de 22/04/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 234/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe C - Adjunto Nível 002 para a Classe C - Adjunto Nível 003 a WALDENICE DE ALENCAR MORAIS, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1754360, lotado(a) no(a) DFARM/CCS, com vigência a partir de 06/03/2015.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 235/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe D - Associado Nível 002 para a Classe D - Associado Nível 003 a RENATO AMADO PEIXOTO, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1280374, lotado(a) no(a) HIST/CCHLA, com vigência a partir de 28/04/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 236/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe D - Associado Nível 003 para a Classe D - Associado Nível 004 a MARIA ALICE TAVARES, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1451510, lotado(a) no(a) LET/CCHLA, com vigência a partir de 19/04/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 237/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe A - Adjunto A Nível 001 para a Classe A - Adjunto A Nível 002 a SAULO ROBERTO DE OLIVEIRA VITAL, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 2289755, lotado(a) no(a) DGC/CERES, com vigência a partir de 07/03/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 238/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe B - Assistente Nível 001 para a Classe B - Assistente Nível 002 a LIDIANNE ARAUJO ALEIXO, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 2314286, lotado(a) no(a) DIR, com vigência a partir de 27/01/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 239/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe C - Adjunto Nível 001 para a Classe C - Adjunto Nível 002 a TACIANO DE MORAIS SILVA, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1721652, lotado(a) no(a) DCT, com vigência a partir de 05/02/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 240/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Promoção da Classe C - Adjunto Nível 004 para a Classe D - Associado Nível 001 a JAILMA MARIA DE LIMA, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 2329277, lotado(a) no(a) DHC, com vigência a partir de 07/04/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 241/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe D - Associado Nível 002 para a Classe D - Associado Nível 003 a DAYSE DA MATA OLIVEIRA SOUZA, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 349143, lotado(a) no(a) DEP/CT, com vigência a partir de 16/04/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Portaria nº 242/18-PROGESP, de 6 de Abril de 2018

A PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições conferidas pela Portaria 1270/95-R, de 23/10/95, e de acordo com o processo nº 23077.000000/0000-12 e com o parecer da CPPD,

R E S O L V E

Conceder Progressão Funcional da Classe C - Adjunto Nível 003 para a Classe C - Adjunto Nível 004 a KELLEN CARLA LIMA, do Quadro de Pessoal da Universidade, ocupante do cargo de PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR, matrícula Siape 1914304, lotado(a) no(a) ECT, com vigência a partir de 01/03/2018.

(a) Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora

Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor - DASS
Portaria nº 080/18-DASS, de 05 de Abril de 2018

O DIRETOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR – DAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.280/95 de 25 de outubro de 1995.

CONSIDERANDO o que determina os artigos 4º e 5º do Decreto nº 97.458, de 15/01/89;

CONSIDERANDO ainda o disposto nos artigos 68 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11/12/90, combinados com o artigo 12 da lei nº 8.270, de 17/12/91.

R E S O L V E

CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE ao servidor abaixo relacionado na forma do respectivo processo:

Processo:	23077.080135/2017-17
Servidor:	Gilson Geraldo de Oliveira
Matrícula:	3214408
Cargo:	Médico
Lotação:	MEJC - Maternidade Escola Januário Cicco
Vigência:	01/04/2017
Grau de risco:	Médio
Laudos:	2018001258

(a) Francisco Carlúcio Porfírio - Diretor

Portaria nº 081/18-DASS, de 06 de Abril de 2018

O DIRETOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR – DAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.280/95 de 25 de outubro de 1995.

CONSIDERANDO o que determina os artigos 4º e 5º do Decreto nº 97.458, de 15/01/89;

CONSIDERANDO ainda o disposto nos artigos 68 e seguintes da Lei nº 8.112, de 11/12/90, combinados com o artigo 12 da lei nº 8.270, de 17/12/91.

R E S O L V E

CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE ao servidor abaixo relacionado na forma do respectivo processo:

Processo:	23077.018545/2018-11
Servidor:	Vanessa Patricia Soares de Sousa
Matrícula:	4933786
Cargo:	Professor do Magistério Superior
Lotação:	FACISA - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
Vigência:	12/09/2017
Grau de risco:	Médio
Laudos:	2016003881

(a) Francisco Carlúcio Porfírio - Diretor

Portaria nº. 082/18-DASS, de 06 de Abril de 2018.

O DIRETOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - DAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 299/2012-R, de 07 de março de 2012.

R E S O L V E

DESIGNAR os servidores JÚLIO CÉZAR BARBOSA LOPES DE OLIVEIRA, matrícula nº 1758287, Técnico em segurança do trabalho; WALKER ALVES DA COSTA E SILVA, matrícula nº 2140637, Técnico em segurança do trabalho; PEDRO HENRIQUE FERNANDES SOARES COSTA, matrícula nº 1960965, Técnico em segurança do trabalho e JÂNIO CÉSAR DA SILVA, matrícula nº 2748514, Engenheiro de Segurança do Trabalho lotados na Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor, para compor a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório do servidor VAGNER RODRIGUES DA SILVA, de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 08/06-CONSAD, de 20.04.06.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

(a) Francisco Carlúcio Porfírio - Diretor

Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PPG
Portaria nº 018/18 - PPG, de 05 de Abril de 2018.

O Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Presidente da Comissão de Pós-Graduação, atendendo ao disposto na Resolução nº 197/2013-CONSEPE, de 10 de dezembro de 2013,

R E S O L V E:

Aprovar os seguintes Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu:

1. CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

1.1. Departamento de Educação Física

1.1.1. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CONSCIÊNCIA CORPORAL (Processo nº 23077.006468/2018-57) Coordenado pela professora Terezinha Petrucia da Nobrega, matrícula SIAPE nº 1049922, no período de 18/05/2018 a 26/10/2019, com carga horária de 420 horas e 60 vagas.

1.2. Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas

1.2.1. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM BIOLOGIA MOLECULAR APLICADA À SAÚDE HUMANA (Processo nº 23077.081861/2017-49) Coordenado pela professora Adriana Augusto Rezende, matrícula SIAPE nº 2323511, no período de 26/05/2018 a 26/11/2019, com carga horária de 360 horas e 30 vagas.

2. CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

2.1. Departamento de Educação

2.1.1. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: APRENDIZAGEM COLABORATIVA E INTERCULTURAL EM LÍNGUA PORTUGUESA POR SURDOS (Processo nº 23077.0068513/2017-86) Coordenado pelo professor Ronny Diogenes de Menezes, matrícula SIAPE nº 1789459, no período de 01/07/2018 a 30/09/2019, com carga horária de 396 horas e 80 vagas.

(a) Rubens Maribondo do Nascimento - Pró-Reitor

Centros Acadêmicos – CA
Centro de Tecnologia – CT
Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos - CCEA
Portaria nº 001/18 - CCEA, de 05 de Abril de 2018.

O COORDENADOR DE CURSO DO(A) CT - COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de YURI GRANGEIRO DE SOUSA, Matrícula 1856749, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO DO(A) DIREÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA, para Participação em Competição Desportiva, no País, em São Paulo/SP, no período de 25 de Março de 2018 a 31 de Março de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1190/2018.

(a) Beatriz de Cassia Martins Salomao - Coordenadora

Departamento de Engenharia de Materiais - DEMAT
Portaria nº 015/18 - DEMAT, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MATERIAIS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de FABIANA VILLELA DA MOTTA, Matrícula 1802888, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MATERIAIS, para Viagem a serviço, no país, em Recife/PE, no período de 17 de Abril de 2018 a 17 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1509/2018.

(a) Claudio Romero Rodrigues de Almeida - Chefe

Portaria nº 016/18 - DEMAT, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MATERIAIS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de MAURICIO ROBERTO BOMIO DELMONTE, Matrícula 1883170, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE MATERIAIS, para desenvolver projetos de cooperação científica, cultural ou tecnológica, no país, em Cabo de Santo Agostinho/PE, no período de 17 de Abril de 2018 a 17 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1512/2018.

(a) Claudio Romero Rodrigues de Almeida - Chefe

Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET
Portaria nº 046/18 - CCET, de 05 de Abril de 2018.

O DIRETOR DE CENTRO (SUBSTITUTO) DO(A) CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de AMANDA DUARTE GONDIM, Matrícula 2140818, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) INSTITUTO DE QUÍMICA, para participar de eventos, no país, em Rio de Janeiro / RJ, no período de 21 de Abril de 2018 a 24 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1468/2018.

(a) Jeanete Alves Moreira - Diretor Substituto

Portaria nº 047/18 - CCET, de 05 de Abril de 2018.

O DIRETOR DE CENTRO (SUBSTITUTO) DO(A) CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de AMANDA DUARTE GONDIM, Matrícula 2140818, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) INSTITUTO DE QUÍMICA, para participar de eventos, no país, em Rio de Janeiro/RJ, no período de 25 de Abril de 2018 a 26 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1469/2018.

(a) Jeanete Alves Moreira - Diretor Substituto

Instituto de Química - IQ
Portaria nº 017/18 - IQ, de 06 de Abril de 2018.

O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DE QUÍMICA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de ELEDIR VITOR SOBRINHO, Matrícula 2302898, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) INSTITUTO DE QUÍMICA, para participar de eventos, no país, em Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 de Abril de 2018 a 20 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1505/2018.

(a) Otom Anselmo de Oliveira - Diretor

Departamento de Demografia e Ciências Atuariais - DDCA
Portaria nº 002/18 - DDCA, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIÊNCIAS ATUARIAIS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de JOSE VILTON COSTA, Matrícula 1016026, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIÊNCIAS ATUARIAIS, para participar de eventos, no país, em João Pessoa/PB, no período de 06 de Abril de 2018 a 07 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1437/2018.

(a) Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire -

Portaria nº 003/18 - DDCA, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIENCIAS ATUARIAIS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de LUCIANA CONCEICAO DE LIMA, Matrícula 2081758, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIENCIAS ATUARIAIS, para participar de eventos, no país, em João Pessoa/PB, no período de 06 de Abril de 2018 a 06 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1474/2018.

(a) Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire -

Portaria nº 004/18 - DDCA, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIENCIAS ATUARIAIS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de HERICK CIDARTA GOMES DE OLIVEIRA, Matrícula 1248402, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIENCIAS ATUARIAIS, para participar de eventos, no país, em João Pessoa/PB, no período de 05 de Abril de 2018 a 07 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1477/2018.

(a) Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire -

Portaria nº 005/18 - DDCA, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIENCIAS ATUARIAIS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de LUANA JUNQUEIRA DIAS MYRRHA, Matrícula 1715284, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIENCIAS ATUARIAIS, para participar de eventos, no país, em João Pessoa/PB, no período de 06 de Abril de 2018 a 08 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1490/2018.

(a) Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire -

Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas - DCAC
Portaria nº 003/18 - DCAC, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO (SUBSTITUTO) DO(A) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS E CLIMÁTICAS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de BERGSON GUEDES BEZERRA, Matrícula 2086472, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS E CLIMÁTICAS, para desenvolver projetos de cooperação científica, cultural ou tecnológica, no país, em Areia Branca/RN, no período de 06 de Abril de 2018 a 06 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1497/2018.

(a) David Mendes - Chefe Substituto

Portaria nº 004/18 - DCAC, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO (SUBSTITUTO) DO(A) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS E CLIMÁTICAS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Tornar sem efeito a autorização de afastamento no país de BERGSON GUEDES BEZERRA, Matrícula: 2086472, conforme solicitação de afastamento nº 1497/2018, publicada no Boletim de Serviço número 64/2018.

(a) David Mendes - Chefe Substituto

Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Departamento de Ciência da Informação - DECIN
Portaria nº 009/18 - DECIN, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de FRANCISCO DE ASSIS NOBERTO GALDINO DE ARAUJO, Matrícula 2764063, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, para participar de eventos, no país, em Recife/PE, no período de 26 de Abril de 2018 a 27 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1486/2018.

(a) Fernando Luiz Vechiato - Chefe

Programa de Pós Graduação em Direito - PPGD
Portaria nº 002/18 - PPGD, de 06 de Abril de 2018.

A Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Direito (PPGD), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, que lhe confere a Portaria nº 407, de 09/03/2017-R.

CONSIDERANDO a Resolução no 181/2017-CONSEPE, de 14 de novembro de 2017.

R E S O L V E

Art. 1º. Designar os Professores Vladimir da Rocha França, matrícula 2199638, Erick Wilson Pereira, matrícula 2230148, Marco Bruno Miranda Clementino, matrícula 1358062, Leonardo Martins, matrícula 1497348 e, André de Souza Dantas Elali matrícula 1687253, todos lotados nos Departamentos de Direito Público e de Direito Privado para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão destinada à elaborar os critérios de Recredenciamento e Credenciamento de novos docentes do Programa de Pós-graduação em Direito da UFRN.

Art. 2º. A presente Portaria tem o prazo de 03 (três) meses a partir da sua publicação.

Publique-se; Cumpra-se.

(a) Maria dos Remedios Fontes Silva - Coordenadora

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Departamento de Comunicação Social - DCOSO
Portaria nº 010/18 - DCOSO, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de JOSENILDO SOARES BEZERRA, Matrícula 3943432, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, para participação em Banca, em Pau dos Ferros/RN, no período de 05 de Abril de 2018 a 07 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1448/2018.

(a) Ronaldo Mendes Neves - Chefe

Departamento de História - DEH
Portaria nº 008/18 - DEH, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de VANESSA SPINOSA, Matrícula 2527334, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, para participar de eventos, no país, em Crato/CE, no período de 16 de Abril de 2018 a 20 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1366/2018.

(a) Roberto Airon Silva - Chefe

Portaria nº 009/18 - DEH, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de JOSE EVANGELISTA FAGUNDES, Matrícula 6350353, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, para Viagem a serviço, no país, em Caraúbas/RN, no período de 10 de Abril de 2018 a 10 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1519/2018.

(a) Roberto Airon Silva - Chefe

Departamento de Antropologia - DAN
Portaria nº 001/18 – DAN, de 05 de Abril de 2018.

A Chefe do Departamento de Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria nº 2.660-R, de 07/12/17, publicada no DOU nº 236 de 11/12/17.

CONSIDERANDO a decisão tomada na 1ª Reunião Ordinária do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, realizada no dia 26 de fevereiro de 2017.

R E S O L V E

Designar os professores Rita de Cássia Maria Neves (matrícula 1360691), Angela Mercedes Facundo Navia (matrícula 2313763), José Glebson Vieira (matrícula 1337383) e Carlos Guilherme Octaviano do Valle (matrícula 1358748), como suplente, todos lotados no Departamento de Antropologia, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Examinadora da Seleção de Mestrado 2018/2019 para Indígenas e Quilombolas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN.

(a) Rozeli Maria Porto - Chefe

Portaria nº 008/18 - DAN, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de JULIE ANTOINETTE CAVIGNAC, Matrícula 1215344, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, para participar de eventos, no país, em Aracaju/SE, no período de 07 de Abril de 2018 a 11 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1499/2018.

(a) Rozeli Maria Porto - Chefe

Portaria nº 009/18 - DAN, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de LUIZ CARVALHO DE ASSUNCAO, Matrícula 349700, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, para participar de eventos, no país, em BELO HORIZONTE / MG, no período de 24 de Abril de 2018 a 28 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1513/2018.

(a) Rozeli Maria Porto - Chefe

Portaria nº 010/18 - DAN, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de JULIE ANTOINETTE CAVIGNAC, Matrícula 1215344, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, para participar de eventos, no país, em Aracaju/SE, no período de 07 de Maio de 2018 a 11 de Maio de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1518/2018.

(a) Rozeli Maria Porto - Chefe

Departamento de Psicologia - DPSIC
Portaria nº 014/18 - DPSIC, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de JOAO CARLOS ALCHIERI, Matrícula 1323908, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA, para desenvolver projetos de cooperação científica, cultural ou tecnológica, no país, em Santarém/PA, no período de 12 de Abril de 2018 a 13 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1495/2018.

(a) Magda Diniz Bezerra Dimenstein - Chefe

Centro de Educação - CE
Departamento de Práticas Educacionais e Currículo - DPEC
Portaria nº 026/18 - DPEC, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de PABLO SEBASTIAN MOREIRA FERNANDEZ, Matrícula 1810361, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO, para prestar colaboração temporária a instituições públicas de ensino e pesquisa, em Maceió/AL, no período de 05 de Abril de 2018 a 05 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1449/2018.

(a) Gilberto Ferreira Costa - Chefe

Portaria nº027/18 - DPEC, de 05 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de LETICIA DOS SANTOS CARVALHO, Matrícula 2338943, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR - TEMPORARIO DO(A) DEPARTAMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS E CURRÍCULO, para Viagem a serviço, no país, em Macau/RN, no período de 07 de Abril de 2018 a 07 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1492/2018.

(a) Gilberto Ferreira Costa - Chefe

Centro de Ciências da Saúde - CCS
Departamento de Medicina Clínica - DMC
Portaria n.º 005/18 – DMC, de 05 de Abril de 2018.

A Chefe do Departamento de Medicina Clínica, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, concedidas pela Portaria nº 1411/2016-R, de 08 de julho de 2016,

R E S O L V E

Localizar o servidor EDSON DA SILVA FREITAS, matrícula SIAPE 1099809, ocupante do Cargo Efetivo de Professor Auxiliar I, exercendo suas atividades no Departamento de Medicina Clínica, desde 26 de setembro de 2016, com carga horária semanal de 20 horas.

Ambiente de trabalho: Unidade Básica de Saúde de Lago Azul, Nísia Floresta/RN

Descrição das Atividades	Freq.	Tempo
Atendimento Ambulatorial, procedimentos cirúrgicos ambulatoriais e Atenção Domiciliar com Estudantes da Graduação (Internato em Medicina de Família e Comunidade) e Pós-Graduação (Residência em Medicina de Família e Comunidade) – Unidade Básica de Saúde de Brasília Teimosa, Distrito Leste/Natal-RN	Semanal	16h

OBS: Frequência (FREQ.): diária (D), semanal (S) ou mensal (M). O tempo deve ser exposto em horas (h).

(a) Maria Fátima de Azevedo - Chefe

Departamento de Saúde Coletiva - DSC
Portaria n.º 027/18 - DSC, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de VILANI MEDEIROS DE ARAUJO NUNES, Matrícula 2330137, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA, para participar de eventos, no país, em São Paulo/SP, no período de 24 de Abril de 2018 a 28 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1510/2018.

(a) Nilma Dias Leao Costa - Chefe

Departamento de Odontologia - DOD
Portaria nº 029/18 - DOD, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de LELIA MARIA GUEDES QUEIROZ, Matrícula 1258693, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA, para prestar colaboração temporária a instituições públicas de ensino e pesquisa, em Campina Grande/PB, no período de 26 de Março de 2018 a 27 de Março de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1170/2018.

(a) Hebel Cavalcanti Galvao - Chefe

Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas - DACT
Portaria nº 005/18 - DACT, de 06 de Abril de 2018

A Chefe do DACT/CCS/UFRN, usando das atribuições que lhe confere a portaria nº 758/2014-R, de 02 de Maio de 2014.

R E S O L V E

Localizar o servidor: HERBERT ARY ARZABE ANTEZAMA COSTA NÓBREGA SISENANDO, matrícula SIAPE: 2571345, ocupante do cargo de Professor do Magistério, exercendo suas atividades no Laboratório de Toxicologia desde 20 de Fevereiro de 2018, com carga horária semanal de 40 horas.
Ambiente de trabalho: Laboratório de Toxicologia

Descrição das Atividades	Freq.	Tempo
Manipulação de Produtos Químicos		
Ácido sulfúrico, Ácido nítrico	Semanal	4h
Ácido Acético	Semanal	3h
Ferricianeto de potássio, Ácido clorídrico, Acetona, nitrobenzeno	Semanal	4h
Sílica gel, Dicloridrato de n-(naftil) etileno diamina, Piridina, Acetonitrila	Semanal	2h
Clorofórmio, Éter etílico, metanol	Semanal	4h
Fast Blue	Semanal	1h
Metilisobutilcetona	Semanal	2h
Ácido pícrico, Ácido perclórico, Chumbo, Mercúrio, Arsênio, Tolueno	Semanal	4h
Ciclohexano	Semanal	4h
Aflatoxinas B1, B2, G1 e G2	Semanal	1h
FLUIDOS BIOLÓGICOS		
Sangue e Urina; Materiais biológicos coletados no Serviço de Saúde da Universidade, podendo conter agentes infectocontagiosos (Ex.: HIV, VHC e o T. pallidum).	Semanal	8h
Radiação Ultra-Violeta		
Comprimento de onda: 217nm; 213,9nm; 353,7 nm	Semanal	3h
Total	Semanal	40h

Obs: Frequência (FREQ.); Diária (D); Semanal (S) ou Mensal (M).

O tempo deve ser exposto em horas (h).

(a) Antônia Cláudia Jacome da Câmara - Chefe

Portaria nº 009/18 - DACT, de 06 de Abril de 2018.

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DO(A) DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS E TOXICOLÓGICAS DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de MARIA GORETTI DO NASCIMENTO SANTOS, Matrícula 347667, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE ANÁLISES CLÍNICAS E TOXICOLÓGICAS, para participar de eventos, no país, em Brasília/DF, no período de 19 de Abril de 2018 a 20 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1487/2018.

(a) Antonia Claudia Jacome da Camara - Chefe

Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES
Portaria nº 054/18 - CERES, de 06 de Abril de 2018.

O DIRETOR DE CENTRO DO(A) CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de TACIANO DE MORAIS SILVA, Matrícula 1721652, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO E TECNOLOGIA, para Viagem a serviço, no país, em Natal/RN, no período de 11 de Abril de 2018 a 14 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1500/2018.

(a) Sandra Kelly de Araujo - Diretor

Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado Profissional - GEOPROF
Portaria nº 004/18-GEOPROF, de 06 de Abril de 2018.

A COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO PROFISSIONAL, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Centro de Ensino Superior do Seridó, usando de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria nº 2.129/2017, de 28 de setembro de 2017,

R E S O L V E

Art. 1º - DESIGNAR as professoras doutoras Jeane Medeiros Silva (UFRN), matrícula SIAPE 2085238, Ione Rodrigues Diniz Moraes (UFRN), matrícula SIAPE 350836, e Tania Cristina Meira Garcia (UFRN), matrícula SIAPE 350852, para, sob a presidência da primeira, constituírem a Banca de Qualificação da Dissertação de José Alves Calado Neto, que irá ocorrer no dia 06 de abril do corrente ano.

Art. 2º - Fazer publicar esta portaria em Boletim de Serviço.

(a) Tânia Cristina Meira Garcia - Coordenadora

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 70
---------------------------	--------	------------	---------

Unidades Suplementares Acadêmicas - USA
Escola Multicampi de Ciências Médicas - EMCM
Portaria nº 053/18 - EMCM, de 05 de Abril de 2018.

O DIRETOR (SUBSTITUTO) DO(A) ESCOLA MULTICAMPI DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO RIO GRANDE DO NORTE DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento no país de GUSTAVO ADOLFO LEAL COSTA, Matrícula: 2122505, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO DO(A) ESCOLA MULTICAMPI DE CIÊNCIAS MÉDICAS DO RIO GRANDE DO NORTE, para Viagem a serviço, no país, em NATAL / RN, no período de 17 de Abril de 2018 a 18 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1491/2018.

(a) Marcelo dos Santos - Diretor Substituto

Instituto do Cérebro - ICE
Portaria nº 015/18 - ICE, de 05 de Abril de 2018.

O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DO CÉREBRO DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de DEBORA COSTA ARAUJO DI GIACOMO KOSHIYAMA, Matrícula 1788296, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA DO(A) INSTITUTO DO CÉREBRO, para participar de eventos, no país, em Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 de Abril de 2018 a 18 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1488/2018.

(a) Kerstin Erika Schmidt - Diretor

Superintendência de Informática - SINFO
Portaria nº 008/18 - SINFO, de 05 de Abril de 2018.

O SUPERINTENDENTE (SUBSTITUTO) DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de PETRONIO DE OLIVEIRA PADILHA FILHO, Matrícula 2374129, TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA, para participar de eventos, no país, em Recife/PE, no período de 10 de Abril de 2018 a 13 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1331/2018.

(a) Marcos Cesar Madruga Alves Pinheiro - Superintendente Substituto

Portaria nº 009/18 - SINFO, de 05 de Abril de 2018.

O SUPERINTENDENTE (SUBSTITUTO) DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de EDIVALDO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR, Matrícula 1058969, ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA, para participar de eventos, no país, em Recife/PE, no período de 09 de Abril de 2018 a 13 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1325/2018.

(a) Marcos Cesar Madruga Alves Pinheiro - Superintendente Substituto

Portaria nº 010/18 - SINFO, de 05 de Abril de 2018.

O SUPERINTENDENTE DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de MARCOS CESAR MADRUGA ALVES PINHEIRO, Matrícula 1525670, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA, para Viagem a serviço, no país, em Recife/PE, no período de 09 de Abril de 2018 a 13 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1324/2018.

(a) Apuena Vieira Gomes - Superintendente

Portaria nº 011/18 - SINFO, de 05 de Abril de 2018.

O SUPERINTENDENTE DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA DO(A) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

R E S O L V E

Autorizar o afastamento no país de CICERO FERREIRA DE FRANCA NETO, Matrícula 2069359, TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO(A) SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA, para participar de eventos, no país, em Recife/PE, no período de 10 de Abril de 2018 a 13 de Abril de 2018, conforme solicitação de afastamento nº 1317/2018.

(a) Apuena Vieira Gomes - Superintendente

Escola Agrícola de Jundiá - EAJ
Resolução nº 008/16 – CONSUA, de 14 de Abril de 2016.

Indefere a solicitação de contratação de Professor Visitante da UFRN.

O DIRETOR DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.068373/2015-84;

R E S O L V E

Art. 1o Indeferir a solicitação de contratação do candidato Jorge González Aguilera como Professor Visitante da UFRN.

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

(a) Júlio César de Andrade Neto - Diretor

Resolução nº 009/16 – CONSUA, de 14 de Abril de 2016.

Indefere a solicitação de contratação de Professor Visitante da UFRN.

O DIRETOR DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.006080/2016-94;

R E S O L V E

Art. 1o Indeferir a solicitação de contratação da candidata Cícera Raquel Fernandes Rodrigues como Professor Visitante da UFRN.

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

(a) Júlio César de Andrade Neto - Diretor

Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA
Edital nº 001/18 – FACISA, DE 03 de Abril de 2018.

Processo Eleitoral para Escolha de Coordenador e Vice-Coordenador do Núcleo Básico dos Cursos de Graduação

Normas do Processo Eleitoral para Escolha do Coordenador e Vice-Coordenador do Núcleo Básico dos Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi-FACISA (Campus Santa Cruz/RN).

Considerando-se o art. 51 da Resolução nº 028/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015, a COMISSÃO ELEITORAL, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, que lhe confere a Portaria nº 034/18-FACISA, de 14 de março de 2018, resolve:

CAPÍTULO I DO AMPARO LEGAL

Art. 1º A eleição de Coordenador e Vice-Coordenador do Núcleo Básico é regulamentada pelo art. 51 do Regimento Interno da Unidade Acadêmica especializada Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi e, no que couber, com as normas dispostas neste documento.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 2º A eleição de que trata o artigo anterior é coordenada por uma Comissão Eleitoral composta de no mínimo 03 (três) Membros.

Art. 3º São atribuições da Comissão Eleitoral:

- I – elaborar as normas complementares da eleição;
- II – publicar o edital de eleição (Anexo), constando período, horário e local de registro dos candidatos e do pleito eleitoral;
- III – divulgar as normas da eleição;
- IV – receber e deferir ou indeferir os registros das candidaturas;
- V – encaminhar à Superintendência de Informática (SINFO) da UFRN os candidatos inscritos, com suas respectivas chapas, para o cadastro no Sistema Integrado de Gestão de Eleições – SIGEleição.
- VI- providenciar, junto ao Setor de Pessoal da Diretoria Administrativa da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, a relação nominal dos professores aptos a votarem;
- VII – elaborar as cédulas eleitorais e providenciar a urna receptora de votos, caso seja necessário;
- VIII – zelar pela lisura e bom andamento do pleito;
- IX – dar início e término aos trabalhos de votação, no horário regulamentar, caso necessário;
- X – apurar os votos efetuados e preencher a ata de eleição, caso necessário, proclamar os eleitos e encaminhar o resultado à Direção Geral da FACISA;
- XI – credenciar fiscais para atuarem na recepção e apuração dos votos, caso necessário;
- XII – deliberar, em primeira instância, sobre os casos omissos;
- XIII – adotar outras providências necessárias à realização do pleito e tomar decisões consideradas de sua competência, mesmo não expressas nesse documento.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 4º Somente podem concorrer às funções de Coordenador e Vice-coordenador do Núcleo Básico dos Cursos de Graduação, professores do quadro permanente da UFRN

Boletim de Serviço - UFRN	Nº 064	06.04.2018	Fls. 74
---------------------------	--------	------------	---------

que estejam em regime de trabalho de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva e que ministram componentes curriculares obrigatórios e optativos da área comum dos cursos de Graduação da FACISA, de acordo com portaria emitida pela Direção Geral da Unidade.

Parágrafo único. Os professores afastados para Cursos de Pós-Graduação fora da Universidade, bem como os afastados para servirem a outras Instituições de Ensino Superior, Órgãos Federais e Municipais, Empresas Privadas, mandatos eletivos e interesses particulares (suspensão de contrato), sem atividade docente nesta Universidade não poderão ser candidatos a quaisquer cargos referidos no caput deste artigo.

CAPÍTULO IV DAS INSCRIÇÕES

Art. 5º As inscrições dos candidatos serão realizadas na Secretaria da Diretoria Acadêmica, no horário de 8h às 12h e das 14h às 16h, no dia 16 de abril de 2018.

Art. 6º Os candidatos devem requerer suas inscrições com vinculação de chapa, na secretaria da Diretoria Acadêmica, dentro do prazo previsto no edital de convocação do processo eleitoral.

§1º Cada chapa será composta de um nome para o Coordenador e outro nome para Vice-Coordenador.

§2º É vedada a inscrição de um mesmo candidato por chapas diferentes, ainda que para cargos diferentes.

Art. 7º No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar um plano de trabalho, por escrito, sem o qual não será efetuada a inscrição, assim como uma foto 3x4 para postagem dos candidatos a Coordenador e Vice-Coordenador no SIGEleição.

Art. 8º A Comissão Eleitoral terá um prazo de até 24 horas após o encerramento das inscrições para apreciar e publicar em mural o resultado das mesmas.

Parágrafo único. Fica permitida às chapas inscritas, campanha eleitoral, resguardando-se a ordem, a ética e a não interferência nas atividades acadêmicas.

Art. 9º A chapa que tiver sua inscrição impugnada terá o prazo de até 24 horas, após tomar ciência da decisão da Comissão Eleitoral para recorrer, por escrito, e com fundamentação legal à Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. Em caso de recursos, a Comissão Eleitoral terá igual prazo para emitir parecer e publicar o resultado.

Art. 10. Cada chapa poderá inscrever dois fiscais para o processo de eleição e apuração, até vinte e quatro horas antes das eleições, caso necessário.

CAPÍTULO V DOS ELEITORES

Art. 11. Poderão votar em Coordenador e Vice-Coordenador do Núcleo Básico dos Cursos de Graduação professores do quadro permanente da UFRN que ministram componentes curriculares obrigatórios e optativos da área comum dos cursos de Graduação da FACISA, de acordo com portaria emitida pela Direção Geral da Unidade.

Parágrafo único. Não poderão votar em Coordenador e Vice-Coordenador do Núcleo Básico dos Cursos de Graduação os professores afastados para servirem a outras Instituições de Ensino Superior e Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, Empresas Privadas, mandatos eletivos e interesses particulares (Suspensão de Contrato) sem atividade docente na Universidade.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO ELEITORAL

Art. 12. O processo de eleição será conduzido por uma comissão eleitoral designada pela Direção da Unidade Acadêmica.

Art. 13. A votação acontecerá no dia 26 de abril de 2018, das 0:00 às 23:59 horas, improrrogavelmente e sem interrupção.

Art. 14. A votação será realizada exclusivamente on-line (via internet) por meio do Sistema Integrado de Gestão de Eleições – SIGEleição, administrado pela Superintendência de Informática (SINFO) da UFRN.

§1º Na data da eleição, o eleitor deverá acessar a página eletrônica do SIGEleição no endereço www.sigeleicao.ufrn.br, onde deverá digitar seus dados de usuário e senha (já cadastrados no sistema da UFRN).

§2º Na “Lista de Eleições Abertas”, o eleitor deverá escolher a opção a “ELEIÇÃO DE COORDENADOR E VICE-COORDENADOR DO NÚCLEO BÁSICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACISA”, clicando na seta verde à direita.

§3º Na tela que apresenta as Chapas concorrentes, seus respectivos números, fotos dos candidatos (as) e breve descrição dos(as) mesmos(as), o candidato deverá clicar em “Entrar na Cabine”.

§4º Na tela da “Cabine de Votação”, que é semelhante à Urna Eletrônica utilizada nas eleições do Tribunal Regional Eleitoral, o eleitor deverá escolher a sua opção de voto:

a) para emitir um Voto Válido em uma das chapas inscritas, o eleitor deverá selecionar o(s) número(s) da Chapa de sua preferência. Surgirão as fotos dos componentes da Chapa, e após certificar-se de que esta é de fato a Chapa escolhida, o eleitor deve clicar no botão “Confirma”. Caso não seja a Chapa escolhida, deverá clicar no botão “Corrige”, e selecionar o(s) número(s) da Chapa de sua preferência.

b) para emitir um Voto em Branco, o eleitor deverá clicar no botão “Branco”, e em seguida em “Confirma”.

c) para emitir um Voto Nulo, o eleitor deverá selecionar um número diferente de qualquer número atribuído às Chapas concorrentes, e depois clicar no botão “Confirma”.

§5º Para registrar o voto, seja ele Válido, Branco ou Nulo, será necessária a confirmação de dados do eleitor. Caso o usuário responda incorretamente a pergunta apresentada, será sorteada uma nova pergunta sobre o mesmo conjunto de dados supracitados. Caso responda corretamente, o voto será registrado, e será emitido um som de confirmação.

§6º Para guardar a comprovação da votação, o eleitor poderá clicar na opção “Imprimir comprovante”. Caso não haja uma impressora disponível, o comprovante permanecerá no sistema, para consulta posterior.

Art. 15. Os eleitores poderão ter acesso ao sistema SIGEleição e votar a partir de qualquer computador com acesso à internet, não sendo necessário estar nas dependências da UFRN para participar da votação.

Parágrafo único. No dia da votação, haverá computadores destinados exclusivamente para este fim no Laboratório de Informática da FACISA.

Art. 16. O voto é facultativo aos eleitores definidos nestas normas.

Art. 17. O voto é secreto e intransferível, e não pode ser efetuado por correspondência ou procuração.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 18. Após o encerramento da votação, será fornecido à Comissão Eleitoral, pela Superintendência de Informática da UFRN, o número total de votos de cada Chapa, para que se possa proceder a apuração na Secretaria da Diretoria Acadêmica.

Art. 19. Será considerada eleita a Chapa que obtiver o maior percentual de votos.

Art. 20. Em caso de empate, será classificada a chapa que tiver o candidato que for mais antigo na FACISA/UFRN. Persistindo o empate, classifica-se o mais idoso.

CAPÍTULO VIII DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 21. O resultado será divulgado tão logo se completarem os trabalhos de apuração.

Art. 22. Os vetos e impugnações podem ser apresentados, por escrito, à Comissão Eleitoral, até 24 horas após a divulgação do resultado.

§1º A Comissão terá igual prazo para resposta.

§2º O requerente terá até 24 horas, após parecer da Comissão Eleitoral ao recurso, para recorrer à Direção Geral da FACISA.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, em primeira instância, e pela Direção Geral da FACISA.

Art. 24. A Comissão Eleitoral encaminhará a Ata de Votação e Apuração à Direção da FACISA para apreciação e providências quanto a designação dos eleitos.

Art. 25. A Comissão Eleitoral será extinta 48 horas após a divulgação dos resultados do Processo Eleitoral.

Comissão Eleitoral

(a) Luiz Alves Morais Filho - Docente Presidente

(a) Maria Valquíria Damasceno Vasconcelos - Representante Técnico Administrativo

(a) Roberta de Oliveira Cacho - Representante Docente

Anexo

Edital de Eleição

O Presidente da Comissão Eleitoral constituída pela Portaria nº 034/18-FACISA, de 14 de março de 2018, torna pública a convocação de eleição para o cargo de Coordenador e Vice-Coordenador do Núcleo Básico dos Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi/Santa Cruz/UFRN, de acordo com o que dispõe o art. 51. do Regimento Interno da Unidade Acadêmica Especializada Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi e com as normas já publicadas. O registro das chapas candidatas será procedido no dia 16 de abril de 2018, no horário de 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00, na Secretaria da Diretoria Acadêmica. A eleição será realizada no dia 26 de abril de 2018, no período das de 00:00 às 23:59 horas, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Eleições da UFRN, no endereço eletrônico www.sigeleicao.ufrn.br.

(a) Luiz Alves Morais Filho – Docente Presidente

A N E X O S

PROGESP - Diretoria de Administração de Pessoal

Abono de Permanência - Concessão 2018

Servidor	Ana Nunes Paiva
Proc.	23077.017238/2018-13
CPF ou Mat.	277209
Lot.	DAS/PROGESP
Vigência	23/03/2018

Servidor	Jose Tiago de Franca Melo
Proc.	23077.018784/2018-71
CPF ou Mat.	1149423
Lot.	Departamento de Ciências Administrativas – DEPAD
Vigência	15/12/2017

Servidor	Valdecy Ferreira de Oliveira Pinheiro
Proc.	23077.017296/2018-47
CPF ou Mat.	1314126
Lot.	Departamento de Enfermagem
Vigência	18/03/2018

(a) Solange Álvares dos Santos - Diretora

Averbação de Tempo de Serviço para Aposentadoria e Disponibilidade

Proc.	Mat.	Nome	Período	Dias
083012/17	2211149	Roberval Edson Pinheiro de Lima	08/01/88 a 12/03/15	9926
012325/18	1172310	João Evangelista da Costa	13/03/90 a 06/08/95	1973

(a) Solange Álvares dos Santos - Diretora

Telefone para contato:

3215.3208 – 3215.3305

Responsável pela publicação:

PEDRO RODRIGUES GONÇALVES